

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

EVELLYN NOGUEIRA DE ALMEIDA

O Comércio ambulante nos trens da linha 8 Diamante da ViaMobilidade:
Uma análise da crise do trabalho.

São Paulo
2023

EVELLYN NOGUEIRA DE ALMEIDA

O Comércio ambulante nos trens da linha 8 Diamante da ViaMobilidade:

Uma análise da crise do trabalho.

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo.

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

ALMEIDA, E. N. *O Comércio ambulante nos trens da linha 8 Diamante da ViaMobilidade: Uma análise da crise do trabalho.*

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Assinatura: _____

Dr. Daniel Manzione Giavarotti

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Assinatura: _____

Dr. Fábio Teixeira Pitta

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Dedico este Trabalho de Graduação Individual, em primeiro lugar, aos meus pais, Luciana e Michel, que sempre tiveram o sonho de entrar em uma universidade e estar no lugar onde estou hoje, e realizaram este sonho através de mim, fazendo o possível para que eu pudesse seguir minha jornada de estudos sem qualquer preocupação, além de me incentivar muito para perseguir minhas ambições. Não existe qualquer possibilidade de essa pesquisa existir se não fosse pelo esforço, dedicação e compreensão da parte de vocês. Também dedico à minha irmã, Camilly, que sempre foi minha principal companheira em todos os momentos da minha vida, sem exceção, e que sempre acreditou que eu conseguiria conquistar o que eu desejasse.

Agradeço ao Carlão, que foi o meu primeiro contato com a pesquisa acadêmica, e que se mostrou prontamente interessado no meu objeto de estudo, me apresentando grupos e pessoas indispensáveis para o meu desenvolvimento dentro da faculdade. No último ano de graduação, seu apoio como orientador foi muito importante para que eu conseguisse entregar este Trabalho de Graduação Individual e também construir meu Projeto de Mestrado. Agradeço ao Fábio Pitta, que foi o orientador mais solícito e presente no meu processo de aprofundamento teórico, especialmente nos tempos mais sombrios da pandemia de COVID-19. Talvez poucas pessoas tenham a sorte de dizer que possuem dois orientadores, e o apoio dos dois foi algo que mudou completamente a minha relação com a universidade, e eu nunca terei palavras para agradecer totalmente.

Agradeço imensamente aos amigos que conquistei no Labur. Agradeço a Luciana, que se tornou a minha maior confidente, e a pessoa em que mais confio na universidade. É uma grande amiga, que sempre fortaleceu a minha confiança e sempre me ajudou com as leituras difíceis. Agradeço ao Matheus, que embarcou nessa história de fazer Iniciação Científica comigo, e desde então passamos por todos os processos juntos, e certamente vamos continuar assim por algum tempo. É sempre bom saber que tem alguém passando pela mesma coisa que você, para solucionar os problemas juntos. Agradeço ao Thell, ao Thiago, João Ryoki, a Biba e a Ceci, que a partir da minha aproximação ao Labur, me fortaleceram com experiências, dicas, e discussões através dos grupos de estudos, virtuais e presenciais, me ajudaram a olhar para as situações de maneira mais crítica.

Agradeço aos meus amigos de graduação, que se mantiveram do meu lado do começo ao fim. Geovanna, André, João, Vinicius, Tietê, Fabinho, Gustavo e Gabriel, muito obrigada. Vocês acompanharam muitas coisas, me viram mudar em muitos aspectos. Acompanharam meus momentos mais difíceis, mas também os momentos mais divertidos. Minha graduação não seria a mesma sem vocês na sala de aula, nas saídas de campo e nas mesas de bar. Espero poder levá-los comigo por toda a vida. Ao Murilo e ao Toshiyuki, também agradeço imensamente. Vocês são amigos incríveis, e sempre me apoiaram durante essa trajetória.

Por fim, agradeço também aos meus amigos de Osasco, que desde 2022 passaram a fazer parte da minha vida de uma forma indiscutível, não tem como voltar atrás. Sem vocês, eu provavelmente não teria vida fora da universidade, e isso provavelmente teria me deixado completamente maluca. Sou muito feliz por saber que vocês vão estar lá quando eu precisar espalhar. Agradeço especialmente à Beatriz e ao Felipe, que acompanharam mais de perto toda a minha caminhada, e para além dos momentos de descontração, torceram muito por mim e me deram o suporte para que eu conseguisse terminar de escrever esse trabalho interminável.

*

Esta pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

*“É como se o mundo fosse ficando cada vez mais redondo, e a gente
cada vez mais quadrado”*

(João Bonifácio Venuto)

RESUMO

O comércio ambulante está presente nos trens da linha 8 Diamante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) há décadas, e parece ter ganhado força a partir de 2015. Nesse estudo, pretende-se relacionar o fenômeno com o aumento do desemprego desencadeado pela crise econômica brasileira estudada por Singer (2018), Carvalho (2018) e Pitta (2020). Para compreender a venda ambulante nos trens sob a ótica da precarização e da crise do trabalho, será realizada uma apreensão dos textos de Braga (2012) e de Scholz (2008) num processo de cotejamento dos conceitos de “precariado” e “supérfluo”, contraposto com o cotidiano observado nos trabalhos de campo e nas entrevistas realizadas nas dependências dos trens da ViaMobilidade.

Palavras-chave: Crise do trabalho, comércio ambulante, crise econômica.

ABSTRACT

The itinerant trade has been present on Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) line 8 Diamante trains for decades, and seems to have gained strength from 2015. In this research, we intend to relate the phenomenon to the increase in unemployment caused by the Brazilian economic crisis studied by Singer (2018), Carvalho (2018) and Pitta (2020). In order to understand itinerant trade on trains from the perspective of precariousness and the labor crisis, the texts by Braga (2012) and Scholz (2008) will be examined in a process of comparing the concepts of "precariat" and "superfluous", contrasted with the daily life observed in the field work and in the interviews conducted on the ViaMobilidade trains.

Keywords: Labor crisis, itinerant trade, economic crisis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A LINHA 8 DIAMANTE E A TERRITORIALIZAÇÃO DA MOBILIDADE DO TRABALHO	13
3. O VENDEDOR AMBULANTE DOS TRENS	16
4. O PRECARIADO	24
5. A SUPERFLUIDADE DOS SUJEITOS E A CRISE DO TRABALHO	30
6. A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA	37
6.1. A crise estrutural do sistema capitalista	44
6.2. O PIB Fictício	47
7. O AUMENTO DO COMÉRCIO AMBULANTE PÓS 2013	52
7.1 O comércio ambulante na vida pandêmica	53
7.2. O comércio ambulante e a ViaMobilidade	59
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em agosto de 2021 a taxa de desemprego nacional estava em 13,2%, atingindo cerca de 13,7 milhões de pessoas, pouco abaixo do recorde alcançado no mesmo ano, de 14,7%. Um levantamento da agência Austin Rating aponta que o desemprego no Brasil é o dobro da média mundial em um *ranking* de mais de quarenta países¹, e mesmo com a queda nos índices de desemprego, a renda do brasileiro estava 10% menor². Ainda que de maneira tardia, os efeitos da crise de 2008 marcaram sua presença na realidade brasileira, motivando a reforma neoliberal sob a justificativa de que o poder do Estado na economia era grande demais, e que era necessário diminuir os gastos públicos. A crise, porém, apenas escancarou um processo que já existia, e vinha sendo ocultado pelas bolhas especulativas do mercado financeiro.

Por sua vez, em 2021 o IBGE divulgou que o número de trabalhadores informais chegou a 35,6 milhões, quase cinco milhões a mais do que em 2020³. O processo produtivo passa por uma reestruturação, motivada pela dominação dos capitais internacionais, que de acordo com Braga (2012), levou à precarização do trabalho no país. A formação do “precariado”, dessa forma, seria movida pela necessidade de redução de custos, para garantir que as demandas da “financeirização” sejam acompanhadas.

No entanto, a realidade de muitos trabalhadores não pode ser representada pela leitura de precarização do trabalho de Braga (2012), como os vendedores ambulantes, que em 2017 eram cerca de 1,3 milhão no país, de acordo com o IBGE⁴. Porém, há uma parcela desse grupo que não é identificada devido ao seu status de ilegalidade: os vendedores ambulantes nos trens. O Decreto nº 1832⁵, de 4 de março de 1996, definiu o regulamento dos transportes ferroviários em São Paulo, e de acordo com o artigo 40, é proibida a negociação ou

¹Folha de São Paulo. Desemprego no Brasil é o dobro da média mundial em ranking de mais de quarenta países. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/desemprego-no-brasil-e-o-dobro-da-media-mundial-em-rankin-g-de-mais-de-40-paises.shtml>. Último acesso em janeiro de 2022.

² CNN Brasil. Apesar da queda na taxa de desemprego, renda do brasileiro está 10% menor em 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/apesar-de-queda-na-taxa-de-desemprego-renda-do-brasileiro-esta-10-menor-em-2021/>. Último acesso em janeiro de 2022.

³Agência Brasil. IBGE: informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>. Último acesso em janeiro de 2022.

⁴Agência de notícias IBGE. Comércio ambulante como alternativa de ganhar a vida. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20769-comercio-ambulante-co-mo-alternativa-de-ganhar-a-vida>. Último acesso em janeiro de 2022.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1832.htm. Último acesso em maio de 2022.

comercialização de produtos no interior dos trens, nas estações e instalações, com exceção daqueles devidamente autorizados pela administração ferroviária.

Os ambulantes vendem eletroeletrônicos como fones e carregadores, além de comidas, bebidas, roupas, brinquedos e utensílios de cozinha. A hipótese desenvolvida a partir dessa pesquisa é a de que o comércio nos trens teria aumentado a partir da crise econômica brasileira na última década, e para além do cotidiano observado nos trens, algumas reportagens veiculadas por fontes jornalísticas ajudam a apresentar o fenômeno. Entre janeiro e maio de 2019, cerca de 33.303 apreensões de mercadorias foram registradas, o que comparado com 2018, significa um aumento de 59%⁶. Ainda em 2019, a CPTM informa que as ações contra a prática “ilegal” aumentaram em 57,6%⁷. As reportagens apontam mudanças nas formas de fiscalização, gerando consequências mais agressivas dentro e fora dos trens, envolvendo tortura, o uso de armas e funcionários “à paisana” para encontrar os vendedores e confiscar suas mercadorias.

Alcançando análises que Braga (2012) deixou escapar, resgatamos a discussão proposta por Scholz (2008) sobre a superfluidade dos trabalhadores, que ainda assim precisam concorrer entre si por condições de emprego cada vez mais precárias, uma vez que a sociabilização a partir do trabalho abstrato é determinante para a reprodução de sua vida cotidiana. Em outras palavras, desde a revolução microeletrônica e a expulsão em massa do trabalho vivo do processo produtivo, há cada vez menos emprego para a população a qual opera a partir da obrigatoriedade do trabalho para garantir seu sustento, o que escancara a crise fundamental do sistema patriarcal produtor de mercadorias (SCHOLZ, 2008).

A discussão sobre as transformações das relações de trabalho no Brasil, no entanto, não pode ser realizada sem levar em consideração a realidade econômica do país. Em linhas gerais, nos anos 2000 a bolha das *commodities* trouxe uma mudança de ares à economia brasileira com o aumento das exportações, e somada às políticas do governo petista (2003-2016) de estimular o acesso ao crédito e de distribuir renda através de medidas como o Bolsa Família (2003), o consumo e os investimentos privados passaram a aumentar. Em decorrência, o crescimento dos investimentos públicos, assim como o acúmulo do superávit

⁶ G1 São Paulo. Apreensões de mercadoria ilegal nos trens da CPTM crescem 117% em três anos. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/11/apreensoes-de-mercadoria-ilegal-nos-trens-da-cptm-crescem-117percent-em-tres-anos.ghtml>. Último acesso em janeiro de 2022.

⁷ Folha de São Paulo. Ação contra ambulantes nos trens aumenta 57,6%. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/04/acao-contra-ambulantes-nos-trens-aumenta-576.shtml>. Último acesso em janeiro de 2022.

primário e o aumento do PIB nacional no Governo Lulista entre 2003 e 2010, o que junto da queda da dívida externa e da inflação, trouxe a impressão de que a economia ia bem. A bolha de 2008, no entanto, apresentou efeitos distintos quando estourou e trouxe a queda no preço das *commodities*, escancarando a ficcionalização de uma economia aparentemente sadia. Ainda que no período de 2009 à 2012 o governo tenha tentado mascarar a crise comparando-a com uma “marolinha”⁸, o alto endividamento das empresas, a contração do crédito e a desvalorização do real mostraram-se presentes na realidade nacional na última década.

Para além das tentativas de lidar com a crise, o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) apresentou outros objetivos. Os investimentos públicos deixaram de ser uma prioridade, e o foco tornou-se alavancar o processo produtivo do país, desvalorizando o real e derrubando a taxa de juros Selic⁹, para tornar a mercadoria nacional mais atraente internacionalmente. Porém, tais medidas levaram ao aumento da inflação, e os meios adotados pelo governo para contê-lo deram-se através dos ajustes fiscais. Existe uma disputa teórica a respeito de como essa crise econômica deve ser lida, seja a partir de efeitos puramente políticos, como sugere Singer (2018), até efeitos diretamente atrelados ao funcionamento do mercado financeiro, de acordo com Carvalho (2018). Para além disso, o fenômeno também pode ser lido a partir da concepção do colapso do sistema capitalista e da crítica ao fetiche da mercadoria, conforme foi feito por Pitta (2020).

Para entrar em contato com a realidade dos ambulantes, uma série de trabalhos de campo foram desenvolvidos nos trens da linha 8 Diamante da ViaMobilidade na zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)¹⁰. O objetivo deste estudo é relacionar as informações coletadas em campo com a apreensão crítica dos autores mencionados acima, a fim de compreender os motivos para o crescimento do fenômeno da última década. A discussão será separada entre uma breve apresentação da linha 8 Diamante e a venda ambulante, para depois partir para análises críticas sobre as transformações das relações de trabalho no Brasil. A partir daí, partiremos para uma breve análise sobre a crise econômica brasileira, questionando se isso teria ou não alguma relação com o aumento dos ambulantes nos trens. Por fim, apresentaremos as análises realizadas nas pesquisas de campo, para serem relacionadas com a bibliografia selecionada para a pesquisa.

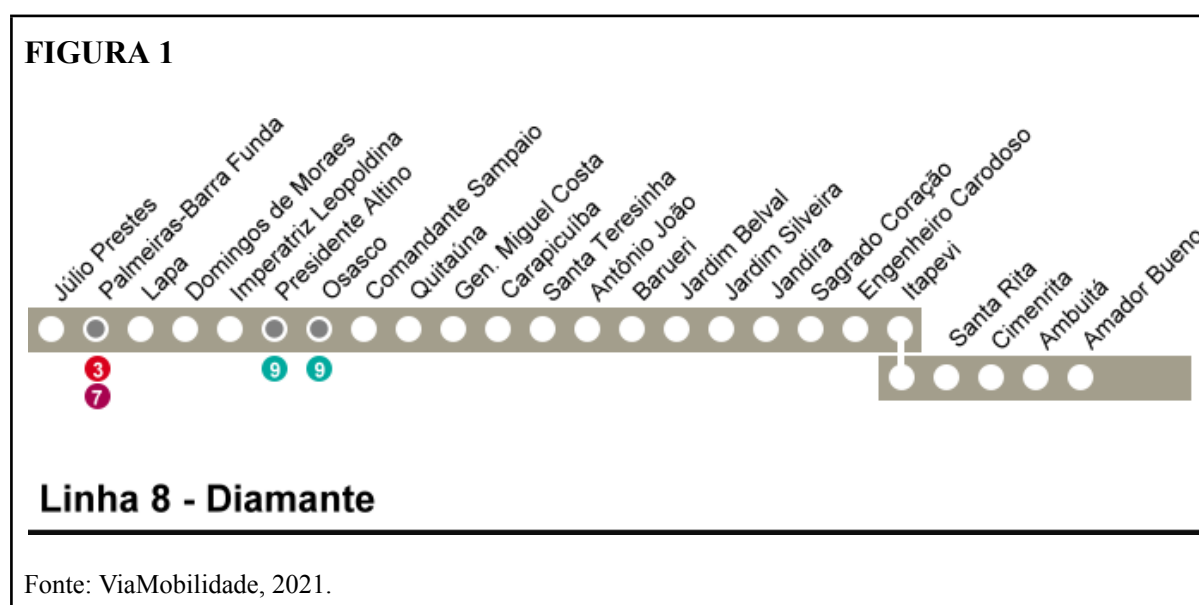
⁸ “Em 2008, o presidente Lula mencionou que a crise do estouro da bolha era um tsunami nos Estados Unidos, mas que se chegasse no Brasil, seria uma “marolinha”.

⁹ Taxa básica que influencia todas as taxas de juros do país, principal instrumento para o controle da inflação.

¹⁰ A linha 8 Diamante atende os municípios localizados entre Itapevi e São Paulo e faz importantes interligações com a linha Vermelha, Rubi e Esmeralda.

2. A LINHA 8 DIAMANTE E A TERRITORIALIZAÇÃO DO TRABALHO

A linha 8 Diamante (FIGURA 1) encontra-se na zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e atende os municípios de Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba, Osasco e a capital. Foi inaugurada em 1875 através do primeiro trecho da antiga linha da Estrada de Ferro Sorocabana. Faz importantes interligações com a linha Vermelha, Rubi e Esmeralda, essencial para a locomoção da população dos municípios, que normalmente vão trabalhar em outras cidades. Anteriormente era operada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), mas em 2022 foi concedida à iniciativa privada ViaMobilidade por trinta anos, bem como a linha 9 Esmeralda.



Silva (2009), que também estudou o comércio ambulante nos trens da linha 8 Diamante, introduziu seu objeto falando sobre os municípios que são atendidos pela linha e o processo de industrialização na década de 1940 e 1950. Em geral, aponta que a distribuição se deu de forma desigual entre as zonas da Região Metropolitana de São Paulo, observando a concentração da indústria automobilística nas sub-regiões Leste e Sudeste graças à existência de linhas férreas e rodovias estaduais e federais. Na sub-região Oeste, foi o município de Osasco que apresentou desenvolvimento industrial, por ser cortado pela Estrada de Ferro Sorocabana, enquanto o restante dos municípios apresentaram números ínfimos.

Com o enorme contingente de migrantes vindo sobretudo da região Nordeste do Brasil em busca de melhores condições de emprego, os municípios da região oeste passaram

a crescer, visto que os custos para a reprodução eram mais baratos quando comparados com a capital. Além disso, eram próximos o suficiente para que os trabalhadores pudessem chegar até as indústrias através do uso dos trens. Silva (2009) levanta, a partir de Marx (1867), que foi a lógica do capital que possibilitou o fluxo para a formação de um exército de reserva de mão-de-obra.

Não foi por outros motivos, foi exatamente essa necessidade do capital que fez fluir um enorme contingente populacional para a metrópole paulistana, onde, num primeiro momento houve até certa medida uma condição para acomodar essa população no mercado de trabalho, haja visto que até a década de 70 a economia do País ainda ‘caminhava’ em ascensão. Faz parte de exército esse contingente de trabalhadores que exercem atualmente atividades consideradas informais como a do comércio ambulante e que não está aqui por um acaso nem aportou neste instante, fluiu e cresceu a partir da conjunção de três processos simultâneos que são os de industrialização, urbanização e metropolização. (Silva, 2009. p. 64)

O fluxo migratório é a expressão do conceito de mobilidade do trabalho e da dupla liberdade do trabalhador (GAUDEMAR, 1977), fundamento social do sistema patriarcal produtor de mercadorias, fulcral para os processos de acumulação. Esta mediação social se dá através da abstração das qualidades das diferentes formas de trabalho e de suas qualidades (MARX, 1867). A mobilidade do trabalho, imposta pela lógica da mercadoria, não pode ser lida sem sua relação com a mediação social, que se dá pelas costas dos sujeitos, através da aparência da relação social entre as coisas.

A força de trabalho, enquanto mercadoria, é diferente das outras, porque se constitui a partir da dupla liberdade do trabalhador. Este se constitui como sujeito livre e com direitos constitucionais, sem quaisquer traços de escravidão ou servidão, e também livre de terras ou bens. Completamente desapropriado, sua única opção é a venda de sua força de trabalho como mercadoria para garantir a própria reprodução, perpetuando a lógica da valorização do capital. Assim, o trabalhador encontra-se indiferente em relação ao próprio trabalho, que agora tem um fim em si mesmo, tautológico.

Retomemos o argumento. Para responder ao papel de mercadoria particular que lhe é atribuído, a força de trabalho deve ser livre sob dois pontos de vista. Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como ator de sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não sua força de trabalho; não tem mais nada para vender e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não vende e morre. A liberdade de trabalho encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender. Então, se se rejeita a imagem fixa e estereotipada de um mercado de trabalho pontual e homogêneo, se se alcança o horizonte mais vasto de um mercado de trabalho multidimensional, com a sua estrutura própria, deformando-se no tempo e no espaço, vê-se desenharem-se como formas contingentes desta “liberdade” de compra-venda da força de trabalho as formas de uma mobilidade capitalista do trabalho. A

mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício da sua “liberdade” de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital. [...]. (Gaudemar, 1977. p. 189/190)

Para compreender a mobilidade do trabalho em um recorte brasileiro, o processo de formação nacional deve ser analisado. A formação do Estado é fulcral para a implementação e universalização da sociabilidade pela lógica do capital e a imposição do *ethos* do trabalho (KURZ, 1992). A diferenciação qualitativa dos produtos do trabalho levava à “divisão do trabalho”, que se territorializa a partir do papel do Estado nacional, mobilizando as relações sociais conforme a lógica do capital. Partindo deste princípio, voltando para nosso objeto, os fluxos migratórios até a Região Metropolitana de São Paulo são um reflexo da territorialização do capital (HEIDEMANN *et al*, 2014) e da mobilidade do trabalho, em que os sujeitos, desapropriados e indiferentes em relação ao próprio trabalho, buscam por melhores condições de reprodução através das oportunidades de emprego que surgem a partir do desenvolvimento industrial.

Os municípios que margeiam a linha 8 Diamante apresentaram um processo de urbanização e crescimento populacional apenas a partir de 1970, momento marcado também pela revolução microeletrônica e pela reestruturação produtiva. Assim, boa parte dos trabalhadores da região foram afetados pelas ondas de desemprego, terceirização e pela precarização do trabalho, marcada pela redução de direitos e o aumento da exploração. Atualmente, grande parcela da população da zona oeste da RMSP trabalha no setor de serviços, deslocando-se através das linhas de trem para outros municípios ou para a capital. Nos últimos anos, cada vez mais pessoas encontram-se na posição de trabalhadores autônomos ou informais, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas previstos pela constituição federal. Os serviços prestados são variados e não cabe listá-los neste momento. Dessa forma, focaremos apenas na venda ambulante nos trens, presente na linha 8 Diamante e uma das inúmeras categorias do trabalho informal.

3. O VENDEDOR AMBULANTE DOS TRENS

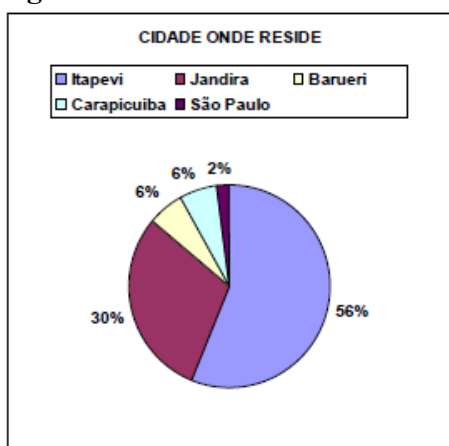
O fenômeno de venda ambulante dentro dos trens existe desde meados dos anos 1980, e ganhou força nos anos 2000. Está presente em muitas outras linhas de trem e metrô da Região Metropolitana de São Paulo, mas com mais intensidade em linhas como a 7 Rubi, 8 Diamante e 9 Esmeralda. Os ambulantes vendem os mais variados produtos com preços abaixo do que é encontrado no mercado, uma estratégia para garantir a reprodução de si mesmo e de sua família, lutando diariamente contra a violência da vigilância dos trens.

Silva (2009) se propôs a observar o crescimento do fenômeno do comércio ambulante nos trens como uma consequência dos impactos da crise de 2008 no Brasil. O autor aponta que, na verdade, o Brasil vem sendo atingido por crises econômicas cíclicas desde 1970, resultado da financeirização da economia e das bolhas econômicas. Além disso, também indicou que o cenário econômico aparentemente sadio nos anos 2000 não foi capaz de reproduzir uma quantidade satisfatória de empregos, sem mencionar o processo de precarização do trabalho. Quando a bolha estourou em 2008, a economia brasileira teria sido afetada, aumentando os índices de desemprego.

Sobre a crise que se faz presente no momento atual, mas que na verdade é mais uma das sucessórias crises que tomaram corpo desde os anos 1970 e que atinge magnitudes internacionais, são na verdade ‘picos’ de uma crise única criada pelos antagonismos de uma proposta econômica que têm como maior pressuposto a financeirização da economia em detrimento à produção, a concentração de riqueza extrema em detrimento das condições sociais (e até da de consumidor) de pobreza, também, extremada. [...] (Silva, 2009. p. 139 e 140)

Em sua dissertação, Silva (2009) parte da hipótese de que os vendedores ambulantes dos trens foram afetados pela onda de desemprego após o estouro da bolha. Para estudar sua viabilidade, realizou em 2009 trabalhos de campo e entrevista dentro dos trens. Entrevistou cerca de 50 ambulantes, sendo 35 homens e 15 mulheres. O primeiro dado levantado pelo autor é a origem dos ambulantes. A grande maioria é de Itapevi e Jandira, apenas 2% vêm da capital (FIGURA 2).

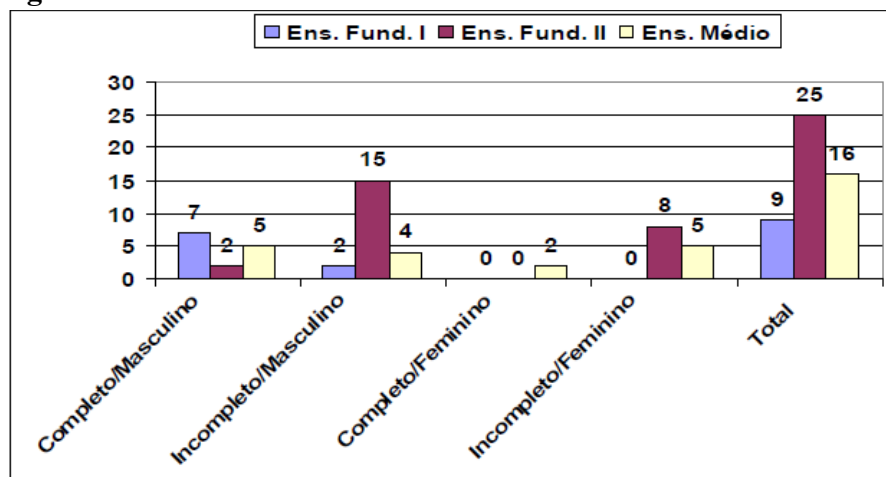
Figura 2



Título: Gráfico das Cidades Onde Residem os Ambulantes do ramal 8 - Diamante da CPTM. Autor: SILVA, 2009, p. 150.

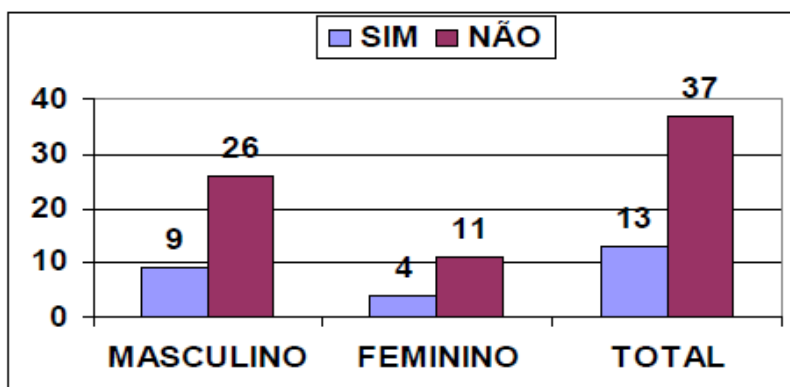
Em seus levantamentos, Silva (2009) constatou que os ambulantes consideravam a atividade como um trabalho fixo, e não como algo temporário, em sua maioria pela falta de perspectiva profissional no mercado de trabalho devido à baixa escolarização ou formação técnica através de cursos profissionalizantes. Entre os ambulantes, a maioria tinha se formado apenas no ensino fundamental II e somente 16 deles concluíram o ensino médio. 37 deles também não possuíam nenhum curso profissionalizante. Fica evidente, assim, que boa parte dos trabalhadores ambulantes não tiveram condições de aperfeiçoamento profissional, tornando a atividade precária (FIGURAS 3 e 4).

Figura 3



Título: Gráfico do Nível Escolar dos Ambulantes que Atuam nos Trens. Autor: SILVA, 2009, p. 158.

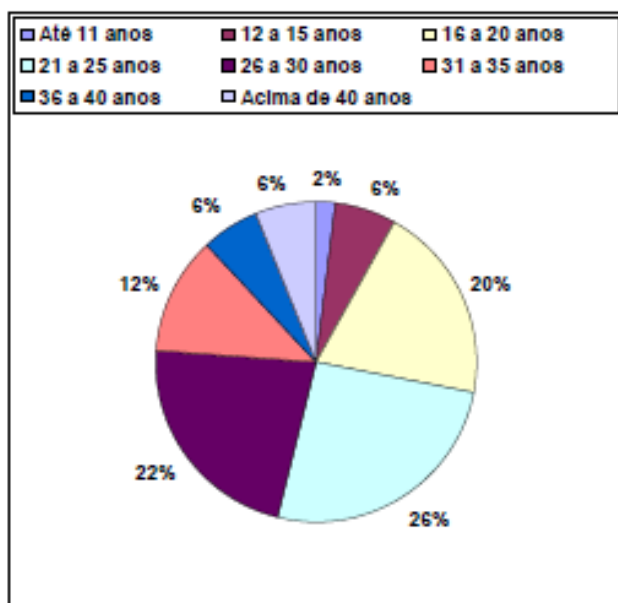
Figura 4



Título: Gráfico com Índices dos Ambulantes Possuem Cursos Técnicos. Autor: SILVA, 2009, p. 158.

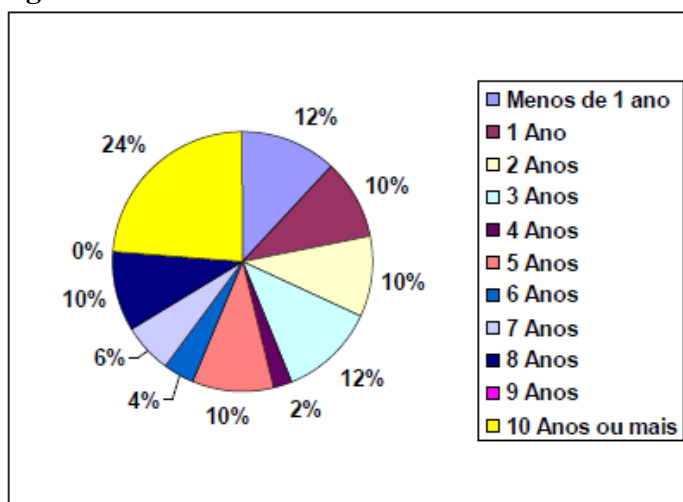
Em relação a idade, cerca de 26% possui entre 21 e 25 anos, 22% entre 26 e 30 e por fim, 20% têm entre 16 e 20 anos (FIGURA 5). Há uma parcela de ambulantes mais jovens, como crianças e adolescentes, que praticam a atividade para complementar a renda em casa. Então, Silva (2009) também questionou o tempo em que os ambulantes participavam de tal atividade, e cerca de 24% deles, a maior porcentagem, estava há 10 anos ou mais (FIGURA 6).

Figura 5



Título: Gráfico em Percentuais das Faixas Etárias dos Ambulantes. Autor: SILVA, 2009, p. 159.

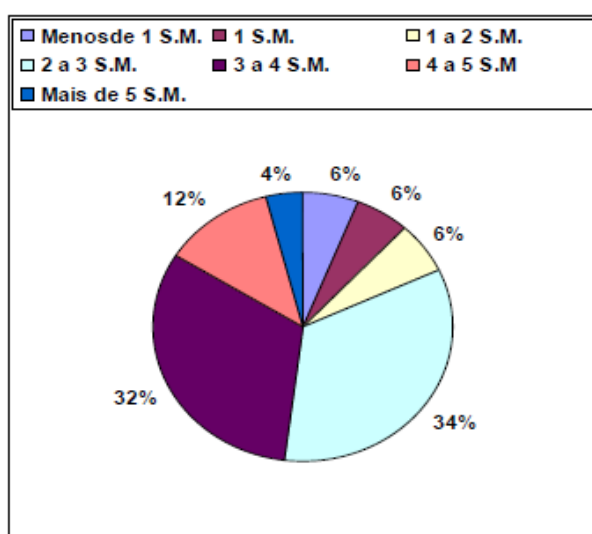
Figura 6



Título: Gráfico do Tempo em que Trabalhadores Ambulantes Atuam nessa Atividade nos Trens. Autor: SILVA, 2009, p. 160.

Em média, as famílias dos ambulantes eram compostas por cinco membros, e até mesmo as crianças embarcavam na venda para complementar a renda de casa. Ainda assim, como foi apontado por Silva (2009), nem sempre era possível alcançar valores suficientes para a reprodução da família. É importante ressaltar que, neste período, o salário mínimo apresentava o valor de R\$465,00 e cerca de 34% dos trabalhadores apresentavam como renda média algo entre dois a três salários mínimos. Ainda, 32% alcançava em torno de três a quatro salários mínimos (FIGURA 7).

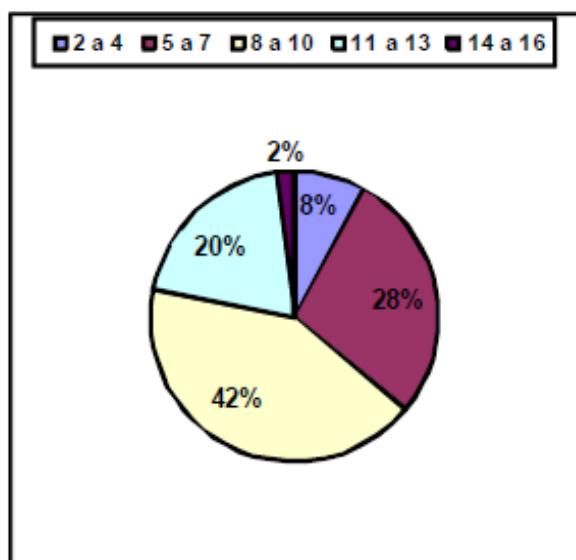
Figura 7



Título: Gráfico da Renda Média por Família dos Trabalhadores Ambulantes do Trem. Autor: SILVA, 2009, p. 161.

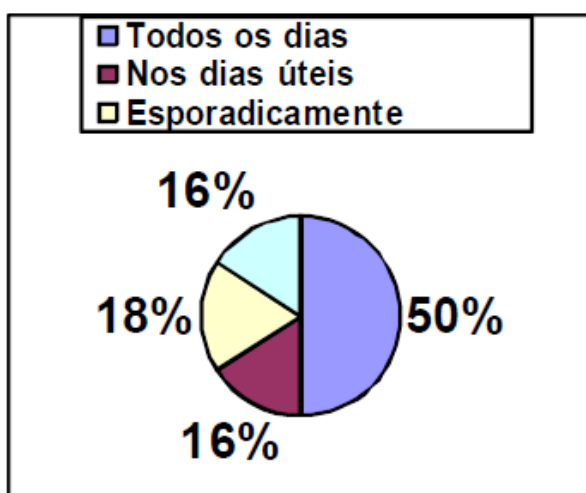
Cerca de 42% dos ambulantes trabalhavam entre 8 e 10 horas nos trens, e 28% entre 5 e 7 horas (FIGURA 8). 50% deles trabalhavam todos os dias da semana e 18% esporadicamente (FIGURA 9). Em seu levantamento, o autor também apontou que apenas 18% possui outra atividade de trabalho e usam do comércio ambulante como complementaridade. Por fim, Silva (2009) explica que, apesar das jornadas de venda possuírem horários diversos, a maioria delas era realizada no período da manhã e à noite, após as 18h, uma vez que era o horário em que os seguranças encerravam seus turnos.

Figura 8



Título: Gráfico da Quantidade de Horas de Trabalho Diário dos Ambulantes. Autor: SILVA, 2009, p. 166.

Figura 9



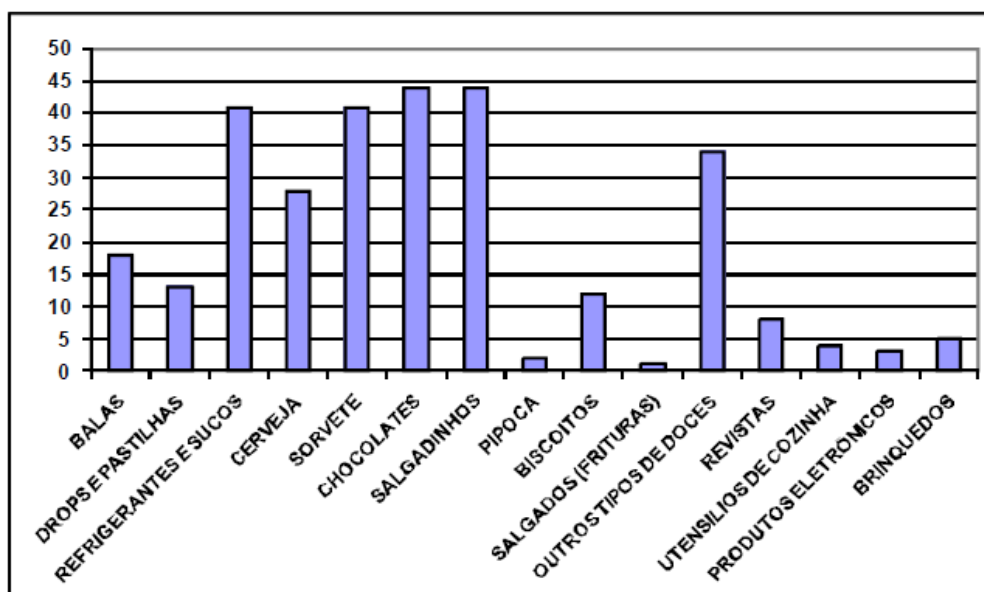
Título: Gráfico dos Dias de organização da Jornada de Trabalho na Semana. Autor: SILVA, 2009, p. 166.

Em conversa com o autor, os ambulantes afirmavam que no cotidiano de trabalho era preciso, muitas vezes, adentrar no trem através das janelas, para não serem pegos pelos guardas. Silva (2009) aponta que as ações de revista realizadas pelos guardas eram muito frequentes, e por isso os ambulantes buscavam pular os muros das estações de trem de forma furtiva. Algumas estações mostravam-se mais propícias para isso, como a de Sagrado Coração em Jandira, Jardim Silveira em Barueri, Santa Terezinha em Carapicuíba, Engenheiro Cardoso em Itapevi, General Miguel Costa em Osasco e a estação da Lapa em São Paulo. Boa parte dessas estações também apresentavam a existência das “vendinhas” onde os ambulantes compram suas mercadorias.

Além da estação Sagrado Coração, as outras quatro onde estrategicamente os trabalhadores ambulantes se reúnem são Engenheiro Cardoso, Jardim Silveira, General Miguel Costa (mais conhecida como Km 21) e Lapa. Uma estação também estratégica para ambulantes, não como ponto de reunião e sim de troca de composição para retorno, que é a Santa Terezinha escolhida por apresentar pouco movimento e, por isso, pouca vigilância além de uma localização que favorece a fuga em caso de perseguição dos seguranças, por ser ampla a área a seu redor. (Silva, 2009. p. 165)

Silva (2009) também procurou observar os produtos mais vendidos nos trens, e pode-se dizer que os mais presentes são os chocolates, os salgadinhos, refrigerantes, sucos e outros tipos de doces (FIGURA 10). As mercadorias eram constantemente apontadas como roubadas ou de qualidade duvidosa (vencidas, etc) devido ao baixo preço determinado pelos vendedores ambulantes.

Figura 10



Título: Gráfico dos Produtos Comercializados Pelos Ambulantes no Trem. Autor: SILVA, 2009, p. 168

O autor disserta que além das propagandas negativas sobre as mercadorias, há também campanhas veiculadas pela grande mídia, noticiando apenas os acontecimentos negativos. A maior ação por parte da CPTM foi o aumento do número de fiscais que passaram a atuar juntos de forças militarizadas, distribuindo agentes por todas as estações, aumentando suas rondas e permitindo a apreensão das mercadorias, e em alguns casos, até mesmo a prisão dos vendedores. Dividindo o total de apreensões do ano, Silva (2009) aponta que o número chegou a 96 apreensões diárias. De acordo com os ambulantes, boa parte dessas mercadorias são desviadas para consumo ou comercialização de outras pessoas, ao invés de serem destinados para instituições filantrópicas, conforme mencionou a CPTM.

Um dos grandes argumentos contra a legalização da venda ambulante nos trens é a concorrência injusta, uma vez que não se pode recolher as taxas de impostos e não há emissão de talões de notas fiscais, comprometendo o consumidor em relação às compras. Mas, de forma perspicaz, Silva (2009) investigou mais a fundo a situação dos pequenos quiosques localizados de forma pacífica nas dependências das estações da CPTM, como o caso da estação Palmeiras - Barra Funda, integração com a linha 3 Vermelha do metrô. Os quiosques apresentam essas mesmas características passíveis de críticas nos vendedores ambulantes, e, no entanto, não sofrem com a mesma perseguição. Além disso, boa parte das mercadorias é adquirida da mesma maneira e, de acordo com as entrevistas de Silva (2009), apenas 1 em 12 entrevistados dos quiosques tinha de fato vínculo formal, com carteira assinada. Nesse sentido, com as semelhanças postas, o que difere o ambulante do trem do vendedor dos quiosques é quem paga o aluguel para a comercialização das mercadorias.

Essa contradição que se limita ao campo teórico, acaba por se refletir no cotidiano do território por meio do acirramento no combate e perseguição a atividade ambulante e seus integrantes, ao passo que não se vê nenhum tipo de postura em relação as irregularidade, verdadeiros crimes contra as leis que regulam a atividade comercial cometidos pela maioria dos estabelecimentos instalados nas dependências da CPTM. (Silva, 2009. p. 184)

Por fim, Silva (2009) também procurou entender como ocorre a aquisição das mercadorias para a venda e concluiu que se trata de uma relação direta entre o setor formal e informal. As “vendingas”, pequenas redes varejistas e atacadistas de bairro nos municípios, abastecem os vendedores ambulantes com as mercadorias para a comercialização em trens. Os proprietários dessas redes, por sua vez, possuem uma relação direta com lojas de grande porte, como Carrefour, Atacadão e etc, para adquirir mercadorias que estão próximas da data de vencimento por valores menores.

Uma das estratégias usadas pelas empresas citadas, principalmente os atacados de doces, é usar as docerias que abastecem o comércio ambulante dos trens como forma de ‘desaguar’ (termo mercadológico para designar venda rápida) mercadorias que estão prestes a vencer a data de validade. Nessa empreitada o contato é feito pela grande empresa ‘formal’ junto às docerias, que em sua maioria são também informais, e oferecem os produtos a preço de custo e até abaixo do custo quando a quantidade é grande e o prazo de validade é curto. É graças a esse tipo de relação que atividades da economia formal conseguem reduzir ou eliminar prejuízos, assim como também é por meio delas que o comércio ambulante consegue ter um vigor enorme junto aos consumidores.(Silva, 2009. p. 173)

Nessa perspectiva, o autor busca afirmar que os grandes empreendimentos se beneficiam muito com os varejistas e atacadistas que fornecem as mercadorias para os ambulantes. A grande maioria dessas “vendinhas” se encontram bem próximas das estações de trem, especialmente as mais estratégicas como Sagrado Coração, Itapevi e Santa Terezinha. Muitos empreendedores reconheceram que a exigência de mobilidade pede uma boa estratégia por parte dos ambulantes. As lojas funcionam, então, como pontos de apoio, os ambulantes buscam as mercadorias aos poucos, afinal grandes volumes chamam atenção dos guardas e caso a mercadoria seja apreendida, o prejuízo é maior. Conforme se observava o crescimento do comércio ambulante, mais “vendinhas” desse estilo foram aparecendo nos entornos das estações de trem, por se mostrar um projeto lucrativo.

Em linhas gerais, o trabalho de Silva (2009) buscou apresentar qual é a realidade e o cotidiano dos vendedores ambulantes nos trens nos anos de 2008 e 2009, negando discursos violentos que criminalizam e marginalizam os trabalhadores que encontram na venda nos trens uma forma de sobrevivência. A aquisição de mercadorias envolve outros setores, desde as menores lojas encontradas nos municípios, até grandes empresas. O fenômeno está sobretudo associado à lógica perversa do sistema capitalista e as crises econômicas que colocam os trabalhadores em posição de vulnerabilidade, escancarando as transformações nas relações de trabalho. Partindo deste princípio, consideramos que seria necessário aprofundar as discussões sobre a precarização do trabalho com a obra de Ruy Braga (2012).

4. O PRECARIADO

O caminho proposto por Braga (2012) tem início no que chamou de “fordismo periférico” desenvolvido no Brasil, a fim de expressar as diferentes perspectivas sociológicas dos movimentos sindicais, e depois observar as mudanças ocorridas entre os anos 1990 e 2003, durante os governos de Collor e FHC. De acordo com o autor, a eleição de Fernando Collor em 1989 marcou a transição para uma regulamentação neoliberal, o que levou a uma série de ajustes estruturais. É a partir daí que se observa a enorme reestruturação produtiva das empresas e o ciclo das privatizações, além da onda de desemprego em massa, endurecendo a concorrência entre os trabalhadores:

[...] E, ao longo da chamada “Era FHC”, um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico consolidou-se, renovando as formas de desigualdade no contexto do aumento do desemprego de massas. Por exemplo, entre 1989 e 1999 a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com uma elevação da taxa de desemprego aberto de 3% para 9,6% da PEA (População Economicamente Ativa). Associada ao aumento de desemprego, a onda de privatizações, tendo o sistema Telebrás à frente, foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A estrutura econômica brasileira, não sem conflitos, é verdade, foi finalmente integrada à mundialização do capital e ao neoliberalismo, transformando-se em uma autêntica *plataforma de valorização financeira internacional*. (Braga, 2012. p. 184)

Para Braga (2012), a integração brasileira ao neoliberalismo consolidou a dominância dos capitais internacionais liberados pela tendência à queda da taxa de lucro¹¹ no Brasil. É assim que ele explica, por exemplo, a expansão do setor de serviços associada a uma lógica de ganhos em escala, aumentando e intensificando a jornada de trabalho através da terceirização. O operador de *telemarketing* é o principal exemplo usado de como a reestruturação produtiva transformou as condições de trabalho da população, visto que expressa as consequências da terceirização empresarial, da privatização neoliberal e da financeirização do trabalho, apontados no livro como a síntese das características mais expressivas do “regime de acumulação pós-fordista”.

Assim, o avanço do neoliberalismo no Brasil tinha como objetivo a redução dos custos de reprodução após as quedas na taxa de lucro. Para Braga (2012), esse momento é caracterizado como “pós-fordismo financeirizado”, um novo período do sistema capitalista marcado pelos enormes avanços tecnológicos e também pela inserção nacional no mercado financeiro, que exige uma precarização do trabalho para acompanhar as demandas da

¹¹ É importante destacar que, apesar de Braga fazer menção à queda da taxa de lucro, essa leitura não se assemelha com as que serão apresentadas por Pitta (2020), Kurz (1992) e Scholz (2009) neste texto. O autor reconhece uma queda da taxa de lucro, mas não parece associar isso a uma crise na reprodução do sistema produtor de mercadorias.

financeirização. O autor embasa sua tese no trabalho de Oliveira (2010), que responsabiliza o Partido dos Trabalhadores (PT) pelo processo de pacificação das classes trabalhadoras, facilitando o assentamento da lógica neoliberal na estrutura econômica brasileira.

[...] Ao alimentar o mito da superação da crise por meio do aumento constante do consumo popular engendrado pela racionalização das políticas públicas federais, a regulação lulista despolitizou a classe trabalhadora. Eis o avesso da práxis do precariado. Este trabalho busca juntar as duas pontas das considerações dialéticas de Chico sobre a modernização social: por um lado, exploramos a tese de que, para prosperar, o capitalismo brasileiro necessita reproduzir permanentemente as condições econômicas e políticas de produção do trabalho barato; por outro, a ideia de que o transformismo petista fortaleceu essas condições de produção ao garantir que a extração da mais-valia encontrasse menos resistência entre os subalternos. (Braga, 2012. p. 226)

Após a reestruturação produtiva das empresas e a vitória de Lula da Silva do PT nas eleições presidenciais de 2002, os sindicatos optaram por uma investida diferente da que foi observada durante o período populista. Os sindicalistas foram colocados na posição de gestores de recursos financeiros e o movimento sindical foi rapidamente integrado às políticas públicas de qualificação da força de trabalho financiadas com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Braga (2012) indica que o envolvimento do sindicalismo brasileiro nos investimentos para desenvolvimento nacional teve um papel importante. Vários dirigentes sindicais foram colocados em posições estratégicas para o gerenciamento dos fundos de pensões, que “[...] *transformaram-se em peças-chaves para a reprodução do atual modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado nos quatro ‘motores’ da acumulação: bancos, mineração, petróleo, construção civil e agronegócios*” (ibidem, p. 207).

Colocando o foco nas transformações tecnológicas, o autor apresenta como as empresas encontraram-se dominadas pelos mecanismos financeirizados de controle de excedentes para potencializar a acumulação de capital. Portanto, a maior preocupação dos sindicalistas se tornou a liquidez e a rentabilidade dos ativos financeiros, a criação de valor excedente dos fundos de pensão que passaram a gerenciar. Porém, estes vinham financiando a oligopolização econômica, tal como os ciclos de fusões e aquisições de empresas e o avanço dos maiores empreendimentos do desenvolvimento nacional. Essa necessidade de criação de valor excedente no mercado financeiro é apontada por Braga (2012) como um enganoso mundo virtual, em que não se depende do trabalho para a valorização de capital. O objetivo é que os administradores controlem todo o processo produtivo baseado apenas nos valores que as ações vêm estipulando.

Essa concepção fictícia da criação do valor, sem ligação direta com o emprego e a produção reais das empresas, remete a um enganoso mundo virtual, onde a magnitude do capital é determinada exclusivamente pela dinâmica financeira

(D-D'), ou seja, independente do processo de trabalho como processo de valorização do capital. As novas formas de governança corporativa têm por objetivo estimular os administradores a gerir esse novo meio ambiente empresarial apenas pelo interesse dos acionistas. [...] (Braga, 2012. p. 187)

O autor reconhece que a criação de valor excedente no mercado financeiro é enganosa, uma vez que não há uma associação equivalente entre valorização e trabalho vivo, que é o único capaz de criar mais valor (MARX, 1867). Entretanto, Braga (2012) encara o momento em que vivemos apenas como uma nova forma de exploração e acúmulo de capital adequada aos moldes da reestruturação produtiva pós-revolução microeletrônica, e não acompanha os princípios básicos da valorização do capital descritos já no primeiro capítulo de “O Capital”. A não equivalência entre a concepção fictícia da criação de valor e o trabalho como processo de valorização de capital representa, para Braga (2012), um problema que reflete em uma mudança da forma de exploração do “precariado”. Nesse sentido, para o autor a valorização do valor se mantém, ainda que de uma nova forma, mas não há qualquer questionamento sobre como essa alteração no processo de reprodução do capital após a expulsão do trabalho vivo impactaria na totalidade social.

Conforme apontado anteriormente, para Braga (2012) existem três características mais expressivas nas transformações das relações de trabalho: a terceirização, a privatização e a financeirização do trabalho. Os trabalhadores foram subsumidos a uma organização em torno da demanda dos investidores institucionais e acionistas que buscam rendimentos de seus títulos. Se a empresa é vista como ativo, é esperado que ela renda na Bolsa de Valores de acordo com as expectativas dos investidores, mesmo que estas não correspondam com a força de trabalho e a produção de valor fornecida no processo. Isso afeta diretamente o processo produtivo, de inúmeras formas:

[...] Por sua vez, a financeirização da gestão estimula a multiplicação das forças de contratação da força de trabalho, a terceirização, o aumento da rotatividade, o achatamento dos níveis hierárquicos, a administração por metas e a flexibilização da jornada de trabalho, em uma escala inédita se comparada ao regime de acumulação fordista. Como resultado, é possível perceber o fortalecimento da individualização do trabalho, o aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores e o colapso das formas de solidariedade fordista. (Braga, 2012. p. 187)

Há também uma necessidade maior de controle dos trabalhadores, impedindo que abandonem o fluxo informacional, levando a um aumento do adoecimento no trabalho e contratos de tempo parcial. Com um levantamento estatístico feito pelo próprio autor, observa-se que cerca de 62% dos entrevistados nas empresas de telemarketing apontaram um comprometimento da saúde, como dificuldade para dormir devido ao ritmo estressante. Do

outro lado, graças ao comportamento oligopolista, os salários brasileiros se encontram entre os mais baixos do mundo neste setor.

O avanço dos *call centers*, sobretudo na região nordeste, nutriu-se através de mulheres não brancas e LGBTQIAPN+ em busca de uma primeira oportunidade de trabalho. Nessa situação, as mulheres se encontram mais expostas ao processo de adoecimento do que os homens. Em sua pesquisa de campo, Braga (2012) entrevistou jovens teleoperadoras filhas de empregadas domésticas, que encontraram no *call center* uma forma de seguir passos diferentes dos das mães. Ainda que o serviço de empregada doméstica apresente possibilidades de remuneração maiores em alguns casos, não garante a oportunidade de financiar uma faculdade particular devido às inconsistências da jornada de trabalho. Muitas delas também possuem responsabilidades familiares urgentes no sustento de pais e mães, ou até como mães solteiras. Braga (2012) aponta a situação como um efeito disciplinador, impedindo a busca pelos sindicatos e por lutas reivindicatórias.

Não é coincidência que as mais afetadas pela precarização do trabalho sejam as mulheres. A busca pelo financiamento da universidade particular para mudar os horizontes profissionais é vista como um ato de emancipação feminina de relações trabalhistas de pouco prestígio, sub-remuneradas e sem perspectiva de crescimento. Com Scholz (2008), é possível esclarecer como, durante muito tempo, profissões como essas foram destinadas para mulheres, sobretudo as não brancas e migrantes.

Sob a perspectiva da crítica do valor-dissociação, a autora compreende o sistema patriarcal produtor de mercadorias como uma “totalidade concreta e cindida”, que abstrai o fato de que a produção de valor necessita de uma mobilização do “não valor” para se concretizar. Ou seja, há um outro pólo que sustenta a produção de valor que é obnubilado pelas relações, mas que não deixa de ser central para o processo. Como exemplo são apresentadas as atividades reprodutivas, como o cuidado da casa e dos membros da família que não são capazes de fazê-lo sozinhos, ou até mesmo atividades caracterizadas como ligadas à emoção, sensualidade e sensibilidade. Estas foram - e ainda são - atribuídas para as mulheres durante muito tempo.

Partindo disso, é possível compreender o porquê das mães de tantas das operadoras de telemarketing terem trabalhado como empregadas domésticas, afinal até quando fazem parte do assalariamento e da venda da força de trabalho, as mulheres assumem justamente os que expressam as características de cuidado, zelo e sensibilidade, que é cuidar de um lar, mesmo

que este não seja o em que vive. Entretanto, essa falsa aparência de avanço e emancipação das mulheres que estudam para alcançar remunerações maiores oculta não só o ethos do trabalho enquanto sociabilização, mas também a crise do próprio sistema patriarcal produtor de mercadorias, uma vez que essas mulheres assumirão duplas, ou até triplas jornadas de trabalho, sustentando a família com o salário para além das atividades domésticas que não serão repartidas com o restante dos membros do lar.

Um último ponto sobre a precarização do trabalho levantado por Braga (2012) é o enraizamento do subdesenvolvimento em um ciclo vicioso, enfraquecendo a acumulação do capital. O foco dos sindicatos deixou de ser a organização política dos trabalhadores e passou a ser a regularização das jornadas de trabalho, buscando atribuir um pouco mais de estabilidade para os trabalhadores, convênios médicos, etc. Os trabalhadores também não conseguiam recorrer às atividades de greves através dos sindicatos, visto que sempre que ficavam tempo o suficiente em um emprego para observar a precarização e a redução de direitos no ambiente de trabalho, já era o momento de demiti-los.

Apesar da leitura cuidadosa sobre as novas relações de trabalho, Braga (2012) parece deixar escapar as transformações nos fundamentos da reprodução do sistema capitalista. Os impactos do descolamento entre o aparente “aumento” dos capitais no mercado financeiro e a queda na valorização do valor no processo produtivo decorrente da expulsão da força de trabalho são reconhecidos, mas não em sua totalidade. Quando caracteriza este novo momento como “pós-fordismo financeirizado”, o autor fala sobre o aumento da periodicidade das crises econômicas fomentadas pelo estouro das bolhas no mercado financeiro, sobre a redução dos direitos trabalhistas e o ciclo vicioso do subdesenvolvimento brasileiro. Trata-se de um “novo normal”, marcado pela precarização que deverá ser enfrentada pela população brasileira.

Essa análise parte da crítica de Oliveira (1972) ao governo petista e o enfraquecimento da movimentação política da classe trabalhadora que deixa o Brasil mais vulnerável para o fortalecimento do neoliberalismo. Porém, essa é uma leitura que coloca o Estado como sujeito da revolução, abstraindo seu papel fundamental de manutenção do processo de acumulação de capitais. A leitura das transformações observadas deve ir para além do questionamento da função do Estado na manutenção do bem-estar social, e passar pela crítica de categorias - como o trabalho - fundamentais do sistema patriarcal produtor de mercadorias.

As relações de trabalho mudam, a informalidade passa a fazer parte da vida da maioria dos trabalhadores, mais próxima da regra do que da exceção. Mesmo discutindo as novas características das relações trabalhistas, Braga (2012) não parece se atentar para a crescente parcela da população que se reproduz de forma totalmente autônoma. A leitura sobre o “pós fordismo financeirizado” não parece alcançar a realidade dos vendedores ambulantes nos trens e muitas outras categorias do trabalho informal, bem como a dificuldade crescente em encontrar qualquer opção de trabalho que não seja o autônomo.

5. A SUPERFLUIDADE DOS SUJEITOS E A CRISE DO TRABALHO

O texto “O ser-se supérfluo e a angústia da classe média” de Scholz (2008) busca discutir a superfluidade da “camada média” na crise estrutural do sistema patriarcal produtor de mercadorias e a obsolescência do discurso de divisão de classes. De início, a autora formula sobre o período de constituição da lógica do capital e do trabalho abstrato, usando como exemplo a primeira revolução industrial e o êxodo rural, culminando no fenômeno da pobreza em massa nas cidades alemãs.

Neste período analisado - e talvez não só nele, ainda que de maneiras distintas -, havia uma forte distinção entre pobres dignos e indignos. Diferente dos pobres dignos - viúvas, órfãos, doentes e incapacitados -, que se encontram nessas situações independente de suas “escolhas”, os pobres indignos estavam associados à vagabundagem e mendicância, sofrendo penas severas. Os pobres indignos eram caracterizados como aqueles desempregados que vagueavam pelo país. Quando em condição de forasteiros, eram rapidamente colocados em medidas de extermínio, e quando já eram reconhecidos como desempregados vagabundos locais, eram encaminhados para casas de trabalho forçado. O trabalho abstrato, historicamente determinado, é peça chave para a acumulação de valor no sistema capitalista, e por isso medidas como essas, que não geravam lucro algum, eram realizadas: para desenvolver o *ethos* do trabalho e garantir que todas as pessoas se integrassem ao processo de valorização (SCHOLZ, 2008). Assim, o trabalho abstrato tendo um fim em si mesmo é naturalizado, e logo associado a honra e dignidade.

Scholz (2008) avança no tempo em sua análise e chega até o fordismo e o keynesianismo, com o Estado assumindo uma posição reguladora importante, garantindo a regulamentação do trabalho e de tabelas salariais, levando a uma “pacificação da luta de classes”. Partindo disso, a autora apresenta a tese do “efeito elevador” de Beck (1986). Em linhas gerais, o “efeito de elevador para cima” seria o momento em que há um avanço coletivo no rendimento, na educação, no consumo e etc. Aumenta-se a expectativa de vida e reduz-se a jornada de trabalho, as mulheres se equiparavam aos homens em termos de educação. O autor também indica que cresce a separação das famílias e a individualização dos indivíduos.

Depois, com o “elevador para baixo”, cresce o desemprego - mesmo entre meios mais qualificados, como médicos e engenheiros - e o número de pessoas que sobrevivem através do trabalho autônomo ou informal aumenta. Porém, a individualização que cresceu durante o período de relativa prosperidade não se reverte, e os indivíduos veem a situação como responsabilidade própria. Os maiores afetados são os grupos de pessoas que não possuem nenhum tipo de formação profissional, migrantes, mães solteiras e etc. Assim, a “classe média nivelada” ou o “efeito elevador para cima” se trata sobretudo de um período transitório, e o keynesianismo é substituído pelo neoliberalismo, com cortes nos apoios sociais do Estado.

Segundo Beck, porém, desde os anos oitenta o “efeito elevador para baixo” reflecte-se no facto de os rendimentos dos empresários e independentes, por um lado, e empregados, por outro, terem divergido cada vez mais e de os rendimentos dos beneficiários de apoios da ajuda social e da ajuda aos desempregados terem descido. Ao lado de grandes partes da sociedade, que ainda estão integradas no trabalho pago, cresce a parte que vive dos meios sociais cerceados ou do trabalho autónomo ou clandestino. Cresce sobretudo o desemprego de longa duração. Contudo agora, e ao contrário da velha sociedade de classes, o destino do indivíduo é encarado como de culpa própria, mesmo no que diz respeito ao arranjo específico das fases da vida. O que afecta em especial as mães monoparentais. Além disso o desemprego também se vai fazendo sentir entre trabalhadores especializados, médicos e engenheiros. Mesmo assim, nos anos oitenta ainda existia a possibilidade de se “estacionar” em acções de formação, reciclagens etc. (Scholz, 2008, s.p.)

É evidente, no entanto, que essa teoria não se encaixa bem em todas as realidades. Nem todos os países consolidaram o desenvolvimento fordista, suas tentativas de industrialização não foram bem-sucedidas, assim como a presença de um Estado de bem-estar social. Com o texto de Braga (2012), não se pode afirmar com tanta certeza que o Brasil passou por um período de prosperidade, ao observar a movimentação dos trabalhadores durante o que foi chamado por ele de “fordismo periférico”.

Scholz (2008) traz Bologna (2006) para a discussão logo em seguida. De acordo com o autor, a terceirização já era algo visível antes mesmo da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos e, a partir dos anos oitenta e noventa, com o desenvolvimento da *New Economy*, constituiu-se uma sociedade com forte inclinação à divisão do trabalho. A burguesia assumiu um “viés progressista”, com interesses alinhados ao estado-providência, um posicionamento visto como social-liberal.

Para Bologna (2006), este seria um período em que se observa, sobretudo, a garantia do direito à educação superior e à segurança social. Porém, a partir da revolução microeletrônica, o momento também reforça a importância do trabalho independente,

atribuindo a possibilidade de ascensão profissional unicamente aos esforços individualizados. A consequência é a precarização do trabalho, que acompanha a mobilidade do capital no mercado financeiro incapaz de se valorizar através do trabalho vivo nos processos produtivos.

Para ele, os processos fundamentais desta revolução consistem nos seguintes pontos: A tecnologia dos computadores conduziu a uma revolução nos processos de aprendizagem. A new economy reforçou a importância do trabalho independente, prometendo grandes oportunidades de ascensão; no entanto, também acarretou tendências de precarização maciças, por exemplo com a redução do direito à segurança social e o alargamento do horário de trabalho. Este fenómeno atinge sobretudo a classe média. Diminuiu o tempo disponível para a vida privada. O critério de pagamento é a “resolução da respectiva tarefa”, e não o tempo de trabalho. Sem um chefe directo, ficamos por um lado subtraídos ao controlo mas, por outro, também ficamos isolados. (cf. Bologna, 2006, p. 64 s.). (Scholz, 2008, s.p.)

Até então, todas essas leituras sobre o aumento da exploração do trabalho e a individualização dos trabalhadores levam a tese de transformação das relações de classe no século XXI. A principal crítica que Scholz (2008) direciona para os autores mencionados é que a busca por libertação da classe trabalhadora e o fim da individualização não passa por formulações que contenham a superação do fetichismo da mercadoria e da ontologia do trabalho. A precarização trouxe à tona a lógica do “gerente da própria miséria” a partir da promoção do empreendedorismo, os indivíduos precisam ser flexíveis e se manterem na lógica tautológica do trabalho abstrato, ainda que já não existam tantas formas de realizar o trabalho para se reproduzir. Tudo acaba se colapsando, a estrutura da reprodução familiar também não fica fora disso.

Assim, apesar de não ficar claro para boa parte dos autores tratados aqui até então, as classes até podem existir, mas como se baseiam sobretudo na divisão de trabalho, apresentam um significado secundário, e é por isso que Scholz (2008) se propõe a chamar esse enorme grupo de “camada média”. Os indivíduos agora encontram-se individualizados, e muitos dos que anteciparam a negação das classes ainda o fazem fora da perspectiva da crítica do valor-dissociação (SCHOLZ, 2008).

A precarização do trabalho e o desemprego em massa colocam a camada média em uma situação de receio constante de se tornar supérflua, afinal já não estão presentes no processo produtivo, a revolução microeletrônica instaura o processo de ocupação do lugar da grande maioria através de máquinas e sistemas avançados. Kurz (2005) aponta que a obsolescência do trabalho abstrato - e com ele a divisão de classes - não levaram a potenciais emancipatórios, na verdade mantiveram a lógica capitalista operando de formas diferentes.

Simultaneamente, porém, também “o capital” hoje se tornou mais anônimo e assumiu uma figura mais socializada na forma das sociedades anônimas, aparelhos estatais, infra-estruturas etc.: “O capital” não é um grupo de proprietários jurídicos, mas o princípio comum que determina a vida e a acção de todos os membros da sociedade, não só exteriormente, como também na sua própria subjectividade” (ob. cit., p. 48). Neste contexto, as novas forças produtivas da microelectrónica levam a que no âmbito da constituição das suas qualificações e dos seus portadores a substância do capital é sucessivamente derretida, ou seja, é criada cada vez menos mais-valia real. Como a produção industrial se tornou não rentável, o capital financeiro foge para novos mercados financeiros e “já apenas se verifica uma acumulação simulatória do capital por meio de bolhas financeiras” (ob. cit., p. 49). Um dos resultados fulcrais deste processo é que também as classes médias que se definem por esta lógica acabam por ver-se ameaçadas pela ruína. “O ‘meio de produção independente’ encolhe até atingir a pele dos indivíduos: todos se tornam seu próprio ‘capital humano’, ainda que não seja mais que o corpo nu. Cria-se uma relação imediata entre as pessoas atomizadas e a economia do valor, que se limita a reproduzir-se de maneira simulatória, por meio de défices e bolhas financeiras. (Scholz, 2008, s.p.)

Porém, Scholz (2008) chama a atenção para algo fulcral: a desclassificação e a precarização atingem os indivíduos de maneiras distintas. Retomando os preceitos da crítica do valor-dissociação, Scholz (2008) apresenta que a estrutura familiar do homem como provedor e a mulher servindo em função da casa e dos filhos até os anos setenta é totalmente fundamentada em uma obnubilação de atividades primordiais para a produção de mais-valor. As ações de cuidar da casa, dos filhos ou de qualquer outro indivíduo incapaz de fazê-lo sozinho são totalmente atribuídas ao feminino através de uma sociabilização da lógica capitalista, e, em consequência, totalmente ignoradas.

No entanto, a partir do período do pós segunda guerra essa organização altera-se. As mulheres viam-se obrigadas a ingressar no mercado de trabalho para garantir o sustento da família, ainda que as de classes inferiores já o fizessem antes. Suas atividades se encontravam, sobretudo, no setor terciário, e também apresentavam pouca possibilidade de ascensão profissional. As mulheres de classe média, no entanto, possuíam - e ainda possuem - muito mais facilidades do que as de classes mais baixas, que ingressaram no mercado de trabalho de forma muito mais precoce, ocupando os piores cargos. Além disso, estas também não podiam contar com a ajuda de empregadas domésticas em casa para manter a lógica da sociabilidade do papel da mulher no sistema patriarcal produtor de mercadorias. Para além disso, a função de empregada doméstica nas casas de classe média era preenchidas justamente por essas mulheres em condições precárias. A necessidade de ingressar no mercado de trabalho das mulheres mais ricas se constituía às custas de um duplo aprisionamento das outras mulheres a funções totalmente descredibilizadas, consideradas menos dignas por justamente terem sido sociabilizadas como femininas.

No limite, a partir dos anos 2000, a mulher é retratada como a grande heroína capaz de gerir a actual situação da crise ao cuidar do lar, dos filhos e ainda se tornar responsável por grande parte - ou às vezes, o todo - da renda da casa. As mulheres de classes mais baixas são obrigadas a seguir pelo mesmo processo, sem a mesma base de apoio que as outras, como se o desemprego e o trabalho precarizado e flexibilizado já não fossem preocupações suficientes. Este momento é determinado por Scholz (2008) como “asselvajamento do patriarcado”, o trabalho vivo no processo produtivo torna-se obsoleto - ainda que a sociabilização para o trabalho continue presente - e a diferenciação dos papéis de gênero não é mais evidente quando se observa a família, ainda que de forma alguma as mulheres tenham se libertado dos papéis atribuídos a elas nesse processo.

Como já foi dito, a actual ministra da família, von der Leyen, passa sem dúvida nesta “inspecção técnica à medianidade” (2). Como figura que, sem esforço, reúne em si a boneca Barbie, a mãe de sete filhos, a que cuida dos pais com Alzheimer e a mulher de carreira, podia ter saído de uma banda desenhada. Ela representa a “pequena independente”, como diz Irmgard Schultz, que hoje dá a volta ao mundo como paradigma, e que é responsável tanto pelo dinheiro como pela (sobre)vivência na maior parte dos casos em situações de miséria (Schultz, 1994; cf. tb. Scholz, 2000). Von der Leyen e as suas medidas tornam esta figura agora adequada à classe média. Trata-se de incentivar sobretudo as mulheres da classe média bem remuneradas com gratificações especiais para terem filhos. Isto tem uma componente social-darwinista – como foi realçado muitas vezes – e redundando em exclusão. No fundo, o que está em causa é travar a “produção de filhos” das classes inferiores. Se ainda tivermos em mente que esta discussão ocorre simultaneamente no contexto de um novo debate sobre o patriotismo alemão, não obstante as imagens-alibi (por exemplo, na campanha publicitária “Tu és a Alemanha”), notam-se de forma indirecta intenções de exclusão, também em relação aos não alemães ou não europeus, pelo menos desde que não sejam especialistas em alta tecnologia nem jogadores de futebol. (Scholz, 2008, s.p.)

A precarização latente e a crise do sistema produtor de mercadorias geram uma enorme inquietação entre os trabalhadores, cada vez mais abalados com sua superfluidade. O fetiche da mercadoria esconde a crise da sociabilização capitalista, a decadência do Estado de bem-estar social e as crescentes crises financeiras são explicadas a partir de leituras conjunturais que se resumem ao “excesso ou escassez de ações estatais” e não se aprofundam na crítica categorial. No limite, a crise da sociabilidade e a individualização levam a um crescimento da intolerância, do racismo e da xenofobia, que ganham cada vez mais espaço no discurso da população, atribuindo às minorias sociais o motivo por ainda estarem desempregados.

Heidemann (2004) traz formulações que contribuem para o que vem sendo apresentado por Scholz até então. O conceito de humilhação secundária proposto pelo autor é utilizado para expressar a realidade vivida pelas minorias sociais mencionadas no parágrafo

acima. A humilhação primária já teria ocorrido durante o processo de constituição do *ethos* do trabalho e a sociabilização forçada dos indivíduos para a venda da força de trabalho como mercadoria para a valorização dos capitais. Por sua vez, a humilhação secundária ocorre quando indivíduos vítimas da xenofobia, racismo, ou até mesmo em condições de pobreza e miséria precisam lutar e provar que são dignos para trabalhar. Em outras palavras, indivíduos historicamente obrigados a vender a força de trabalho para a própria reprodução social enfrentam cada vez mais dificuldades em fazê-lo.

Para Heidemann (2004), este fenômeno fica mais intenso após a terceira revolução industrial, com as opções de emprego cada vez mais escassas e precarizadas. Dessa forma, até mesmo membros da classe média que antes não precisavam assumir tais setores – agora ainda mais precarizados –, passam a concorrê-los com as minorias sociais. Isso significa que, no momento, a humilhação secundária se estende para a sociedade como um todo, e aqueles que já vinham enfrentando dificuldades de reprodução podem não encontrar outra opção que não seja a informalidade.

No processo de valorização, as pessoas tornaram-se sujeitos de sua própria objetivação pela máquina mundial capitalista. A consciência social relacionou-se apenas positivamente com as características estabelecidas numa sociedade mundial capitalista que, historicamente, cada vez mais se fortaleceu. Elas buscaram “reconhecimento” somente enquanto sujeitos dos direitos civis e cidadãos do Estado nacionais. Acontece que, na crise contemporânea da terceira revolução industrial uma parte cada vez maior dessa humanidade domesticada, socializada e disciplinada capitalisticamente nem merece mais a “dignidade de secundária humilhação”. Ela vem deixando de ser sujeito regular do trabalho dependente. Num aumento extraordinário da “humilhação secundária”, o sistema mundial tira agora a última esperança de uma existência mais ou menos suportável. (Heidemann, 2004. p. 27)

Em linhas gerais, Scholz (2008) apresenta as transformações no processo de reprodução dos indivíduos e da família, mas é importante ressaltar que existem diferenças na forma como o fenômeno se constitui globalmente, para além da realidade europeia. Em primeiro lugar, a entrada das mulheres alemãs no mercado de trabalho a partir da Segunda Guerra Mundial foi apresentada pela autora como um asselvajamento do patriarcado e o escancaramento da crise fundamental do sistema patriarcal produtor de mercadorias. Porém, no Brasil, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho aconteceu bem antes, em especial entre as mulheres negras e migrantes.

Em segundo lugar, o “desenvolvimento fordista” no Brasil¹² - e não só nele - apresentou características distintas. O sonho industrial enfrentou, simultaneamente, a partir

¹² Apresentado por Braga (2012) como fordismo periférico e por Kurz (1991) através da crítica do valor-dissociação como modernização retardatária.

da década de 1970, as crises econômicas e endividamento em massa e a expulsão da força de trabalho do processo produtivo, que expressam a crise estrutural do sistema produtor de mercadorias (PITTA, 2020). As privatizações em massa e as ondas de desemprego atingiram os trabalhadores brasileiros - que já não se encontravam em posições estáveis - fortalecendo as consequências da individualização e da superfluidade crescentes.

Nesse sentido, a obsolescência do trabalho abstrato grita aos ouvidos de todos que quiserem ouvir, e a população brasileira enfrenta o mesmo medo que os europeus quanto a sua superfluidade, mas sem a presença do Estado de bem-estar social. Uma atividade como o comércio ambulante nos trens, que antes era dominada por trabalhadores sem qualquer qualificação, hoje apresenta a possibilidade de que não exista mais tal distinção. O breve momento ilusório de melhora de vida, no entanto, não se deu com um enriquecimento fordista real. Era apenas o capital fictício mascarando todo o processo no mercado financeiro.

O avanço do poder aquisitivo da população brasileira que pôde ser observado durante o governo do PT é uma consequência direta do processo de financeirização. Conceder o acesso ao crédito consignado foi uma ação definidora no desenvolvimento nacional durante este período. Este possui um papel fundamental na individualização dos indivíduos, ainda que surgindo de um momento tão distinto do levantado por Scholz (2008). Mesmo que totalmente obscurecido, este processo tem um papel fulcral na realidade dos vendedores ambulantes, que lutam pelos últimos suspiros de uma sociabilização em crise, como será possível observar nos próximos capítulos.

6. A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Os anos 2000 foram marcados pela aparência de uma economia sadia. O aumento do preço das *commodities* - alimentado por uma bolha - garantiu um crescimento do PIB e o avanço nos investimentos públicos. O governo petista aproveitou o bom momento assumindo medidas de distribuição de renda através do Bolsa Família, além de facilitar o acesso ao crédito e também o ingresso em universidades privadas, graças ao PROUNI (Programa Universidade para Todos) e ao FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). As empresas exportadoras adquiriam dívidas para financiar a expansão na produção, certas de que os lucros futuros baseados nos preços indicados no mercado de derivativos de *commodities* seriam capazes de resolver o problema. Porém, em 2008 a bolha estoura, o que leva muitas dessas empresas à falência com o avanço das dívidas. O governo do PT (Partido dos Trabalhadores) procurou controlar os efeitos da crise no país e, com algumas oscilações do preço das *commodities* no mercado financeiro observadas até 2012, a crise econômica demorou para aparecer.

O fenômeno em questão pode ser apreendido de maneiras distintas. Para Singer, (2018) a crise econômica seria resultado da peculiaridade brasileira dentro do sistema capitalista. Segundo o autor, o Brasil apresenta um ótimo desempenho na perspectiva da acumulação, visto que possui uma superpopulação excedente, mantendo o valor do trabalho baixo para sustentar a superacumulação. Em outras palavras, encontra-se em uma espécie de “limbo”, em que os pobres não saem da condição de pobreza como uma classe, e sim em uma posição individualizada. Desafiar esse “modus operandi” significaria entrar em conflito com a elite brasileira, e esse teria sido o principal aspecto do governo petista.

Para tensionar esse conflito, Singer (2018) analisa os impactos das políticas de redução de desigualdade dos governos petistas. De acordo com os índices, o número de miseráveis diminuiu, porém, esses indivíduos não se tornaram classe média, e sim passaram a compor a classificação de pobreza. Em outras palavras, os números migraram a um “patamar acima”, com os trabalhadores acedendo ao consumo de objetos supérfluos. Em seguida, o autor apresenta a divisão existente dentro da perspectiva de classe média - baixa classe média, média classe média e alta classe média (FIGURA 11). Ao passo que os miseráveis “ascenderam” para a posição de pobres, os pobres o fizeram para baixa classe média.

Figura 11

QUADRO 2
MUDANÇA DE ESTRATIFICAÇÃO FAMILIAR ENTRE
2002 E 2015

	2002/01	2011/12	2012/12	2013/12	2014/12	2015/12
Alta classe média	7,0%	7,9%	8,9%	8,5%	9,1%	8,5%
Média classe média	11,0%	14,0%	15,6%	14,3%	14,8%	14,4%
Baixa classe média	29,2%	42,0%	43,0%	44,3%	46,2%	44,4%
Massa trabalhadora	28,6%	27,7%	25,1%	24,8%	23,2%	25,2%
Miseráveis	24,1%	8,3%	7,4%	8,1%	6,6%	7,5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Título: MUDANÇA DE ESTRATIFICAÇÃO FAMILIAR ENTRE 2002 E 2015. Autor: SINGER, 2012. s.p.

Essa transição, também apontada por Braga (2012), foi motivada sobretudo pelo aumento do salário mínimo, pelo Bolsa Família e pelo acesso ao crédito consignado. De acordo com Singer (2018), o governo petista também investiu na construção de cisternas no semiárido, reconheceu terras quilombolas e incentivou a agricultura familiar. Essas ações teriam sido fortalecidas pela sensação de economia forte e bem estruturada durante o período da bolha das *commodities*, elevando o valor do real. No entanto, cerca de 90% dos empregos gerados neste período eram de baixa remuneração, o que reforça a leitura de que apenas aqueles considerados miseráveis e pobres sentiram os efeitos das estratégias políticas.

O governo de Dilma Rousseff não só tinha planos de seguir com a redução das desigualdades, como também acelerar o processo através das estratégias desenvolvimentistas para mudar a situação brasileira na divisão internacional do trabalho. Para Singer (2018), essa movimentação cavou uma disputa política com as classes mais altas, uma expressão da própria contradição da formação nacional brasileira, que tende ao subdesenvolvimento. Em linhas gerais, ainda que o objetivo não fosse produzir um conflito entre as classes, diminuir a pobreza teria causado esse efeito.

Em 2011, os efeitos do estouro da bolha imobiliária de 2008 voltaram a ser sentidos globalmente. No governo de Rousseff, a agenda desenvolvimentista tinha como objetivo alavancar o crescimento do PIB através da retomada da industrialização nacional, tornando os produtos brasileiros mais atrativos no mercado internacional. As principais medidas assumidas foram a redução da taxa de juros Selic, o lançamento do Plano Brasil Maior, a desvalorização do real e as desonerações das folhas de pagamento. Essas estratégias entraram em conflito com o mercado financeiro e os chamados “rentistas”, que pressionavam a subida

dos juros. Para que essas estratégias de governo fossem bem-sucedidas, Singer (2018) aponta que o governo de Rousseff também assumiu medidas republicanas para proteger o Estado de influências privadas, exigindo a diminuição da corrupção.

A primeira hipótese é de que, impulsionada pelo capital político acumulado por Lula, Dilma levou a sério a ideia de acelerar o ritmo da empreitada, dando curso a uma política econômica desenvolvimentista e, simultaneamente, a uma ação republicana de combate a círculos de corrupção incrustados no Estado. Acredito que a concepção por trás da política econômica adotada é passível de síntese por meio de quatro pontos adaptados da descrição que Ricardo Bielschowsky faz da escola desenvolvimentista: 1. A reindustrialização integral seria o caminho de superação da pobreza; 2. Não há como alcançar uma reindustrialização no Brasil por meio das forças espontâneas do mercado; 3. É necessário que o Estado planeje o processo; 4. O planejamento deve coordenar a expansão desejada dos setores econômicos, os instrumentos de promoção dessa expansão e a sua execução. (Singer, 2018. s.p.)

Porém, os “produtivistas”¹³ não assumiram uma posição de apoio em relação ao governo petista como esperava-se que fizessem. A oposição dos “produtivistas” e o boicote no processo de valorização é o que teria levado à crise econômica brasileira a partir de 2012. Para Singer (2018), esse posicionamento hostil poderia ter sido influenciado tanto pela luta de classes - as manifestações e o aumento do salário mínimo -, quanto por um fator ideológico, assumindo que os empresários são sensíveis ao discurso rentista. Em certo nível, a segunda hipótese relaciona-se bem com uma terceira apresentada pelo autor sobre a imbricação entre a produção e o rentismo, uma vez que não é possível separar o “rentismo” das empresas “produtivas”, que atualmente apresentam participação no mercado financeiro.

Do outro lado, Dilma Rousseff seguia com as medidas contra corrupção, o que teria levado a oposição do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que posteriormente passou a contar com o apoio dos “rentistas” - e do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) - já insatisfeitos com as propostas de governo. No entanto, para enfraquecer o PT, seria necessário prejudicar sua imagem de “partido que escolheu o lado dos trabalhadores”, e a virada do jogo estaria na classe média. Singer (2018) mostra em seu livro que diferente da classe baixa e a baixa classe média, a média classe média apresentou pouco crescimento, ao passo que os gastos com os serviços contratados aumentaram (afinal o salário mínimo tinha crescido), o que teria motivado sua mobilização política. Por sua vez, depois de anos financiando faculdades privadas graças às medidas do governo petista, a baixa classe média enfrentou dificuldades para encontrar empregos com remuneração mais alta. Assim, a insatisfação parecia generalizada.

Com o crescimento das manifestações, fomentadas pelo aumento da inflação e do

¹³ Termo usado por Singer (2018) para representar os donos das indústrias.

desemprego e sem uma unidade política forte para contrapor os movimentos da oposição promovidos pelo PMDB, Singer (2018) aponta que, em 2015, Rousseff passou a assumir estratégias neoliberais. Além da proposta de reforma da previdência e da expansão da terceirização, o governo petista passou a mexer nos direitos trabalhistas, como o seguro desemprego. Ainda assim, a proposta de impeachment contra Dilma Rousseff seguiu crescendo, e no fim, Temer assumiu a posição de presidente.

[...] A intenção de remover obstáculos postos ao crescimento e eliminar a dependência em relação ao partido do interior provocou reações fatais. Dilma subestimou o vulcão sobre o qual estava sentada, talvez acreditando na força mágica de uma presidência imperial. O desenvolvimento "irregular" do capitalismo no Brasil faz com que as camadas "modernas" procurem perpetuar a exclusão da parte "atrasada" para que o sistema continue a funcionar como sempre o fez. A especificidade brasileira está em que o setor minoritário da sociedade é amplo o suficiente para, em determinados momentos, impor vetos. [...] (SINGER, 2018. s.p.)

Em síntese, para Singer (2018), as medidas do governo petista para reduzir o “limbo” de pobreza e subdesenvolvimento eram uma ameaça para a elite brasileira, e a tentativa de Dilma Rousseff de acelerar o processo de redução das desigualdades através da retomada industrial teria promovido a insatisfação daqueles que defendem as políticas neoliberais, acarretando em um boicote que levou a uma crise econômica com impacto direto nos níveis de desemprego. O livro de Carvalho (2018), no entanto, possui uma perspectiva diferente, uma vez que a crítica está voltada para as estratégias políticas e sobretudo econômicas do governo petista.

Assim como outros autores mencionados, Carvalho (2018) inicia a discussão a partir da situação econômica brasileira durante a bolha das *commodities*, com a melhora da condição de vida dos brasileiros e o crescimento do salário mínimo. Visto que a porcentagem de trabalhadores ou beneficiários que recebem valor igual ou próximo do salário mínimo é expressiva, assim como Singer (2018), a autora reconhece que a melhora na condição de vida deu-se sobretudo nas camadas mais baixas, e que a classe média foi a que menos cresceu, ao passo que os mais ricos expandiram suas riquezas.

Para que o crescimento econômico se mantivesse constante, seria necessário que o governo petista assumisse medidas de avanço industrial e inovação tecnológica, o que qualificaria a mão de obra e diminuiria o número de importações. Ainda que este tenha sido o objetivo do governo de Dilma, Carvalho (2018) sugere que as estratégias adotadas não eram as mais indicadas. Os índices de inflação, diretamente atrelados ao valor do dólar, passaram a subir após a desvalorização do real para que as mercadorias brasileiras se tornassem atrativas. Junto do aumento do salário mínimo e dos preços de serviço, a consequência foi um conflito

distributivo entre trabalhadores e capitalistas, e a solução encontrada pelo governo foi o represamento dos preços administrados. Para Carvalho (2018), essa medida teria sido um erro, uma vez que o conflito poderia ser resolvido com o fortalecimento da produtividade do trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e a melhoria dos serviços públicos, elevando o poder de compra dos trabalhadores sem que isso fosse feito através do aumento do salário.

Uma forma mais desejável de compatibilizar crescimento de salários e estabilidade de preços é aliviar o conflito distributivo entre trabalhadores e capitalistas por meio de um crescimento maior da produtividade do trabalho. Em outras palavras, deixar crescer os salários pode não elevar o custo com a mão de obra, se menos trabalhadores ou menos horas de trabalho forem necessários para produzir uma mesma unidade do produto. É verdade que a produtividade do trabalho responde ao próprio crescimento econômico, devido à existência da chamada Lei de Kaldor-Verdoorn. Quando se atende uma demanda maior, é possível aproveitar as chamadas economias de escala: em muitas indústrias, se a qualidade produzida aumenta, os recursos são mais bem utilizados e cada trabalhador acaba produzindo uma quantidade maior. Os investimentos em novas máquinas e equipamentos induzidos pelo próprio crescimento econômico também elevam a produtividade, pois máquinas novas costumam incorporar tecnologias mais avançadas. (CARVALHO, 2018. p. 54)

O paradigma do fetiche da mercadoria é claro nessa passagem do texto, visto que a autora justifica a resolução do conflito distributivo através do avanço das máquinas, os trabalhadores ganhariam a mesma quantidade ao trabalhar menos. Porém, a realidade apresentada neste trabalho de graduação individual, ou até mesmo por Braga (2012) e Silva (2009) em suas análises de campo, escancara a precarização do trabalho e o número crescente de trabalhadores informais. Assim como Braga, Carvalho não parece reconhecer que, na verdade, a precarização do trabalho é um sinal da crise estrutural do sistema produtor de mercadorias, o acirramento da concorrência entre os trabalhadores pelas vagas de emprego, o que tende a aumentar a exploração. A causa disso seria justamente o que a autora sugere para aliviar o conflito: O desenvolvimento tecnológico das máquinas.

Voltando para a análise das medidas econômicas, além da desvalorização do real, Dilma Rousseff também expandiu o crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), diminuiu os gastos com investimentos públicos e desenvolveu políticas de maiores desonerações tributárias, o que, junto da queda da taxa Selic, repelia os investidores estrangeiros e, conseqüentemente, a entrada de dólares para a valorização do real. Estes, na opinião de Carvalho (2018), teriam sido os maiores erros do governo petista, visto que após o crescimento de 2,7% em 2010, houve uma queda de 3,7% em 2012.

O custo das desonerações e o baixo crescimento da economia passaram a prejudicar a meta de superávit, e a dívida pública passou a subir. Com isso, para evitar que as empresas fossem prejudicadas, os juros tornaram a subir. No entanto, as dívidas públicas também acompanhavam a subida dos juros, o que só prejudicava ainda mais a arrecadação do governo. Sob a pena de duras críticas relacionadas aos altos gastos públicos - ainda que, quando comparado aos governos de FHC e de Lula, o de Dilma teria sido o que apresentou menores gastos públicos (CARVALHO, 2018) -, o segundo mandato da presidenta apresentou forte influência de Temer, com medidas mais drásticas, como a flexibilização das leis trabalhistas.

A sugestão de Lula era estimular o acesso ao crédito e fortalecer o consumo, mas a autora acredita que seria ineficaz, uma vez que as empresas não investiriam. É um momento de crítica ao texto de Singer (2018), uma vez que, enquanto este aponta a situação como resultado de um boicote, Carvalho (2018) pensa que as empresas não tinham razão para expandir os investimentos, não quando não havia perspectiva de aumento das vendas, além do endividamento herdado do estouro da bolha. Em sua leitura, é o Estado quem precisa investir e garantir os índices de emprego e de renda, além de estimular a produção.

É verdade que, ao atender as demandas de setores influentes do empresariado industrial, o governo Dilma enfrentou alguns interesses do capital financeiro. A assertiva vale, em particular, para a redução da Selic e a política de redução dos *spreads*. No entanto, a interpretação de Singer parece partir do pressuposto de que as políticas implementadas iam na direção correta e teriam sido bem-sucedidas em colocar a economia nos eixos caso tivessem sido mantidas. O boicote a essas políticas é o que seria responsável pelo seu fracasso. Em uma das hipóteses aventadas para explicar o deslocamento da burguesia industrial para o que chamou de união antidesenvolvimentista, Singer chega a recorrer ao conceito de ‘greve de investimentos’ do sociólogo alemão Wolfgang Streeck. Em suma, o empresariado industrial teria se recusado a investir como forma de impedir que o Estado continuasse atuando em favor do pleno emprego, o que, por sua vez, elevou o custo com a mão de obra. (Carvalho, 2018. p. 76)

Depois dessa análise, Carvalho (2018) busca apresentar as medidas que, em sua leitura, teriam evitado a crise econômica que o Brasil vem enfrentando. Os três pilares da queda da economia teriam sido a falta de crescimento econômico, de arrecadação tributária e do pagamento dos juros. Apenas a retomada da produção seria capaz de aliviar os conflitos, então através de “uma agenda para todos”, a autora propõe a volta dos investimentos públicos em infraestrutura, assim como a eliminação das desonerações tributárias. Além disso, sugere também uma reforma tributária - reduzindo os impostos sobre consumo e aumentando os impostos sobre a renda, visto que os mais ricos no país não pagam impostos como os mais pobres -, o corte de privilégios políticos, uma nova política de desenvolvimento produtivo e a

revisão da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de gastos e da meta de superávit primário.

Em linhas gerais, a tese central de Carvalho é que a crise econômica brasileira é uma consequência das políticas de austeridade do governo petista tomando o lugar das estratégias de desenvolvimento tecnológico da produção no país. É uma leitura que abrange questões econômicas, considerando as dinâmicas financeiras globais, diferente da tese de boicote dos “produtivistas” ao governo de Dilma, proposta por Singer (2018). Ainda assim, são perspectivas que partem do pressuposto de que a crise econômica brasileira poderia ter sido evitada com diferentes estratégias de governo, caracterizando-a como cíclica e natural no sistema capitalista. Não há uma apreensão da crise estrutural do sistema capitalista, ocultando a incapacidade de valorização dos capitais, a qual não há estratégia governamental que possa resolver.

6.1. A crise estrutural do sistema capitalista

Entre teses marxistas e keynesianas, muitos estudiosos buscam interpretar as crises econômicas que atingem o sistema capitalista de maneira cíclica. Ou seja, de tempos em tempos a queda na economia acontecerá, é algo esperado, e poderá resultar de acontecimentos distintos. Para os marxistas, o subconsumo seria a principal chave para os problemas de acumulação, e para os keynesianos, a causa estaria sobretudo na instabilidade do mercado financeiro, sendo papel do Estado regular o processo.

A crise econômica em um caráter estrutural e irreversível, no entanto, é apreendida por poucos. Para Mészáros¹⁴, por exemplo, o sistema estaria em uma fase de produtividade descendente, e um indicativo seria o débito acima de 14 trilhões de dólares do governo dos EUA, ou o fato de que o débito total do capitalismo chega a até dez vezes mais do que o montante de dólares não utilizados da China - cerca de três trilhões. As guerras mundiais, os conflitos armados, o avanço da destruição do meio ambiente e o avanço da “produção destrutiva” também foram apresentados como sinais claros do problema. Para o autor, a crise é permanente porque o capital é um modo geral de controle, e por esse motivo, não poderia ser controlado ou estabilizado para o bem da economia. Para romper com a crise estrutural do capitalismo, seria necessário romper com o capital.

¹⁴ É importante ressaltar que Mészáros é resgatado neste trabalho de maneira breve apenas para indicar que existem leituras sobre as crises econômicas para além da crítica à função do Estado. Dessa maneira, o aprofundamento na tese do autor virá posteriormente, através do desenvolvimento da pesquisa.

[...] A diferença crucial entre esses dois tipos de crise, acentuadamente contrastantes, é que a crise periódica ou conjuntural desdobra-se e é mais ou menos solucionada com sucesso dentro da estrutura estabelecida, enquanto a crise fundamental afeta a própria estrutura em sua totalidade. Em termos gerais, essa distinção não é simplesmente uma questão acerca da aparente gravidade desses tipos contrastantes de crises. Uma crise periódica ou conjuntural pode ser dramaticamente severa, como o foi a “Grande Crise Econômica Mundial de 1929-1933”, sendo contudo capaz de uma solução dentro dos parâmetros do sistema dado. E, do mesmo modo, mas no sentido oposto, o caráter “não-explosivo” de uma crise estrutural prolongada, em contraste com as “grandes tempestades” (nas palavras de Marx) através das quais crises conjunturais periódicas podem elas mesmas se liberar e solucionar, pode conduzir a estratégias fundamentalmente mal concebidas, como resultado da interpretação errônea da ausência de “tempestades”, como se tal ausência fosse uma evidência impressionante da estabilidade indefinida do “capitalismo organizado” e da “integração da classe operária”. (Mészáros, 2011. p. 3)

É importante ressaltar que, no entanto, ao passo que Mészáros critica as naturalizações, ele também o faz ao apresentar o capital e sua lógica incontrolável como o maior problema do sistema produtor de mercadorias. O capital é formado e valorizado a partir de algo nuclear e muito mais central, que o próprio Marx (1867) apresenta como o início de tudo: A mercadoria. Consolidada a partir do capitalismo, é constituída pelo valor de uso e pelo valor de troca, sendo este último composto pela força de trabalho socialmente necessária para a produção. Por sua vez, este trabalho foi igualmente moldado e naturalizado pelo sistema capitalista para garantir a acumulação, lido como algo imutável independente do momento histórico analisado. A crítica de Mészáros (2011) à lógica do capital não alcança o que o valoriza: a naturalização do trabalho abstrato.

Ao mesmo tempo, ao lado das omissões espantosas, algumas das contradições e falhas estruturais mais graves estão faltando na descrição sartreana do “capitalismo avançado”, virtualmente esvaziando o significado de todo o conceito. Nesse sentido, uma das necessidades mais importantes sem a qual nenhuma sociedade – passada, presente ou futura – poderia sobreviver, é a necessidade de trabalho. Tanto pelos indivíduos produtivamente ativos – incluindo todos eles em uma ordem social completamente emancipada –, quanto pela sociedade em geral, em sua relação historicamente sustentável com a natureza. A necessária falha em solucionar esse problema estrutural fundamental, que afeta todas as categorias de trabalho, não apenas no “terceiro mundo”, mas até mesmo nos países mais privilegiados de “capitalismo avançado”, com seu desemprego perigosamente crescente, constitui um dos limites absolutos do sistema do capital em sua inteireza. (Mészáros, 2011. p. 07)

A partir de Marx (1867), o fetiche da mercadoria é fulcral para a constituição da mercadoria. É ele que garante a ideia de que a força de trabalho - algo abstrato, incorpóreo - está contida na mercadoria, gerando uma identificação mútua. Porém, a força de trabalho não assume a forma da mercadoria propriamente dita, e sim uma posição fantasmagórica nela. Esse fenômeno compõe uma dinâmica social de contradição que faz os indivíduos acreditarem que é sua função realizarem-se por meio de sua dominação sobre as coisas,

escondendo a finalidade de valorização do valor que define a sociabilidade capitalista. A crítica do valor-dissociação (KURZ, 1999, SCHOLZ, 2009) nomeia essa condição como fetichismo de sujeito. A sociabilização, por sua vez, desdobra uma totalidade fragmentada do valor através da dissociação do feminino, apagado do âmbito do valor mesmo ainda fazendo parte do capitalismo. O dissociado é co-constitutivo do capitalismo, o momento reprodutivo da sociedade e obscurecido da relação social, todas aquelas atividades imputadas ao feminino e relacionadas com o cuidado e o afeto. São cruciais para o processo de acumulação, e ainda assim, obnubiladas. Além da dissociação, o fetichismo do sujeito também desdobra em sua totalidade fragmentada o problema das diferenças, como o racismo, o anticiganismo, a xenofobia e etc, atingindo os indivíduos de maneira distinta dentro da totalidade.

Para além da crítica da lógica do capital de Meszáros, analisando a crise estrutural do sistema patriarcal produtor de mercadorias a partir da crítica ao fetiche da mercadoria, resgatamos o texto de Kurz (1992), que indica apresenta a revolução microeletrônica dos anos 1970 como um ponto fulcral para o colapso da sociabilização capitalista. Há uma expulsão em números absolutos da força de trabalho do processo produtivo, e no sentido oposto, o capital cresce e busca concretizar sua valorização. Porém, com a alteração significativa no processo produtivo, há uma queda tendencial da taxa de lucro, essa valorização é inalcançável. Mesmo que algumas empresas ao redor do mundo apresentem algum nível de força de trabalho no processo produtivo, a capacidade de valorização é pequena quando comparada com a quantidade de capitais em busca de valorização. Kurz (1992) apresenta esse movimento como o principal motivo para a falha do processo de industrialização dos países da América Latina e até mesmo, com suas particularidades, da URSS.¹⁵ Tal situação escancara que o país, mesmo assumindo-se anticapitalista, não tinha rompido com pontos basilares da socialização capitalista.

Com o sistema capitalista em seu limite histórico absoluto, há uma fuga dos capitais para o mercado financeiro, onde ocorre uma simulação de acumulação que não se realiza. É o capital fictício a nova mediação social da mercadoria, expressão do desacoplamento entre dinheiro e valor, o que também tende a inflar os preços das mercadorias, levando ao estouro de bolhas. A migração dos capitais para os mercados financeiros garantiu um processo de apostas em preços dos derivativos financeiros, um exemplo é a bolha da NASDAQ (National

¹⁵ Em linhas gerais, Kurz (1992) apresenta que as estratégias de superação da lógica capitalista da URSS eram baseadas no fetiche da mercadoria, sem buscar pelo rompimento com as categorias do sistema produtor de mercadorias.

Association of Securities Dealers Automated Quotations). Ao estourar em 2001, reduziu as taxas de juros dos EUA, causando a migração dos capitais para outras bolhas: a de *commodities* e a imobiliária. A tendência é que os capitais deixem uma bolha para seguir até outra, e a cada estouro, deteriorar-se ainda mais.

O terceiro e último momento de nossa discussão aqui levantada por meio das formulações de Kurz seria o de nos perguntarmos o que teria passado, então, a ocorrer a partir dos anos 1970, para a reprodução capitalista em crise? Aqui a categoria marxiana de capital fictício passa por nós a ser mobilizada para designar a simulação da acumulação de capital, que não mais se realiza substancialmente ao nível da totalidade do mesmo. Kurz, assim, não se refere ao capital portador de juros a se valorizar por meio do comércio de dinheiro nos mercados de capitais, que se apropriaria de parte da mais-valia global produzida a valorizar o valor em processos produtivos. Kurz formula o capital fictício como desacoplamento [Entkopplung] entre criação de dinheiro (como representante do valor a ser produzido e a substancializá-lo) e o próprio valor, cuja valorização, a partir de então se tornara inviável historicamente (KURZ, 2019, pg. 55), já que a massa absoluta de valor produzido ao nível da totalidade do capital declina desde então, em razão da expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos de mercadoria (mesmo com a expansão da produção desta). Em Kurz, o capital fictício passou a ser, a partir dos anos 1970, a determinação para a simulação de acumulação capitalista e sua reprodução, ou seja, ele se tornou a forma de ser da própria mediação social da mercadoria. Isso é fundamentalmente diferente do tratamento que os autores por nós até aqui apresentados deram à concepção de acumulação capitalista e “financeirização” do capital, a partir dos anos 1970. (Pitta, 2020. p. 39/40).

Mas o que leva os proprietários dos títulos a investir em novas bolhas depois de dois resultados catastróficos? Acredita-se que o capital ainda é passível de acumulação, mesmo que isso esteja ocorrendo de maneira fictícia, afinal trabalho seria sempre capaz de valorizá-lo, independente de quanto ainda esteja presente no processo. O fetichismo da mercadoria e o fetichismo de sujeito seriam os principais responsáveis por tal apreensão, o que explica as formulações do marxismo tradicional em criticar apenas a tomada dos meios de produção dos trabalhadores, mas não a socialização fetichista como um todo.

Em linhas gerais, a apreensão da crise econômica brasileira de Carvalho (2018) para contrapor a leitura de Singer (2018) segue um viés keynesiano, ocultando a incapacidade de valorização de capitais no momento atual e a impotência do papel do governo para reaquecer a economia. Tendo a necessidade de apresentar uma leitura do fenômeno a partir da crítica ao fetiche da mercadoria, resgatamos o texto de Pitta (2020).

6.2. O PIB Fictício

Um dos primeiros aspectos a serem apresentados por Pitta (2020) é o caráter global da crise, algo que fica evidente quando mesmo os países e empresas - como a General Motors - considerados os mais produtivos do mundo faliram em 2008. Assim, ainda que uma série de medidas políticas fossem aplicadas para conter o estrago, o colapso do sistema capitalista ainda seria sentido.

Em seu texto, Pitta (2020) busca dialogar com as perspectivas progressistas, keynesianas e socialistas da crise econômica no Brasil. A primeira a ser discutida foi a de Carneiro (2018), que acredita que o projeto de retomada da industrialização de Dilma teria sido proposto em um momento desfavorável. O autor defende que a estratégia deveria ter sido assumida anteriormente, uma vez que a desindustrialização brasileira aumenta a dependência nacional ao capitalismo internacional, e o avanço na produção de mercadorias seria capaz de conter os impactos causados pelas bolhas do mercado financeiro. Em síntese, os males causados pelas inconstâncias do mercado financeiro poderiam ser minimizados através de uma boa agenda desenvolvimentista.

Belluzzo (2012) foi resgatado logo em seguida, para alcançar aspectos que não estavam presentes na tese de Carneiro. Diferente deste, Belluzzo (2012) acredita que a lógica do capital conduz a desregulamentação do mercado, um desacoplamento entre capital fictício e produção que não pode ser facilmente solucionado através da industrialização. Assim, o autor argumenta que é papel do Estado regular o mercado através de investimentos públicos para garantir uma relação equilibrada. Em linhas gerais, é possível dizer que Carvalho (2018) aproxima-se muito da formulação de Belluzzo (2012), uma vez que apresenta mais de uma vez suas críticas ao mercado financeiro e reafirma o papel do Estado em controlar a crise econômica.

Em seguida, Pitta (2020) avança para a perspectiva dos autores marxistas, aprofundando discussões que normalmente não aparecem nas leituras keynesianas. Marquetti (2016) é o primeiro a ser introduzido, com formulações sobre o aumento da demanda de *commodities* e o crescimento da taxa de lucro entre 2002 e 2010 (FIGURA 12). A queda na taxa de lucro ocorreu a partir de 2010 com o estouro da bolha, mas os investimentos brasileiros só passaram a cair a partir de 2013, algo que não é apreendido pelo autor. Para Batista (2018), o segundo autor apresentado, o primeiro governo de Dilma teria sido marcado

pela produção de capital fictício para retomar o crescimento econômico, o que teoricamente explicaria o atraso para que os efeitos do estouro da bolha começassem a ser sentidos.

Figura 12



Título: A taxa de lucro líquida e seus determinantes, Brasil, 2000-2015. Autor: MARQUETTI, 2016. p. 08.

Assim como Marquetti (2016), Batista (2018) acredita que o atraso da industrialização brasileira e o rentismo foram os principais responsáveis pela queda do crescimento nacional. Rezende (2016), por sua vez, apresenta que o que teria levado a crise econômica teria sido o excesso do desenvolvimento produtivo mesmo após sinais da queda na taxa de lucro causado pela bolha financeira internacional. Isso não impede, no entanto, que Rezende (2016) encontre-se dentro do paradigma desenvolvimentista, visto que ainda defende o desenvolvimento industrial nacional.

Até então, os autores apresentados por Pitta (2020) tinham uma da crise econômica brasileira como algo pontual, uma das inúmeras que surgirão de tempos em tempos a partir da “irresponsabilidade” das decisões governamentais. Harvey (2011) é o principal autor apresentado para falar sobre a crise do capital enquanto totalidade. Em sua tese, o neoliberalismo pós 1970 teria transformado o regime de acumulação de capitais a partir da “acumulação por despossessão”, através da desregulamentação do mercado de trabalho para aumentar a exploração dos trabalhadores. Dessa forma, a “financeirização” teria ganhado força para garantir a acumulação após o longo período de políticas regulacionistas e de

bem-estar social, conduzindo a um novo processo que, no limite, gerou bolhas como a de 2008.

Nessa leitura, através da exploração do trabalho, independentemente de suas condições ou quantidade, o capital sempre será capaz de acumular. As alterações nas relações de trabalho ou até mesmo sua ausência no processo produtivo não geram transformações tão grandes, e essa é a principal crítica de Pitta (2020) à Harvey (2011): a naturalização do trabalho abstrato através do fetichismo da mercadoria. Nesse sentido, as crises financeiras, causadas pela superexploração e pela inflação dos preços levariam a situações desagradáveis, mas o processo de acumulação poderia voltar a acontecer através da *produção capitalista do espaço*. Assim, a crise do capital levaria a um aumento da frequência de estouro de bolhas especulativas no mercado financeiro, e a única forma de apartar a situação seria a retomada dos meios de produção.

É a partir da crítica ao fetichismo da mercadoria que Pitta (2020) apresenta sua análise da crise econômica brasileira. Com o estouro da bolha da NASDAQ, a migração de capitais para a bolha imobiliária e para a bolha de *commodities* cresceu, definindo o aumento da demanda de *commodities* por parte da China. Desde então, há um crescimento do PIB brasileiro, porém vinculado ao capital fictício por tratar-se de uma bolha, o que também torna fictício o crescimento por si só. A inflação dos títulos de propriedade moveu o processo de crescimento e permitiu que as empresas adquirissem dívidas contando com o preço futuro das mercadorias para saná-las, e quando a bolha estourou, muitas empresas faliram.

Algo correlato e concomitante ocorria no Brasil, já que a bolha das *commodities* se mediu em relação à economia brasileira de forma central e determinante. Em relação às empresas produtoras de *commodities*, como veremos agora, estas puderam se financiar em dólares ao adquirir créditos nos mercados de capitais internacionais sobre os próprios preços futuros de derivativos das *commodities*, preços em ascensão como acabamos de ver. Como adquiriam dívidas em montantes muito acima do que sua capacidade produtiva permitia – em razão da concorrência para acessarem tais preços, o que quem não o fizesse “perderia” a possibilidade de nova rodada de industrialização de suas produções – entravam em um processo de expansão tanto intensivo quanto extensivo de suas produções, a fim de tentar saldar as dívidas no futuro. Este processo de simulação fictícia de acumulação só podia perdurar enquanto os balanços das empresas parecessem passíveis de lidar com tais dívidas (BRAGA, 2017), ou seja, enquanto durava a alta dos preços de futuros de *commodities*. Após isso, as falências passaram a se generalizar, o que apareceu na economia brasileira como recessão, desemprego, alto endividamento e inflação. (Pitta, 2020. p. 51)

Em 2009, após o estouro da bolha, as atividades econômicas foram retomadas - ainda que de maneira fictícia -, através das medidas de fomento à economia promovidas pelo Estado a partir das reservas já existentes. Neste período, é possível observar que o preço das

commodities haviam retomado uma relativa alta, mas entre 2011 e 2012 eles despencaram definitivamente. Como já foi apontado por Carvalho (2018), as medidas do governo de Dilma contribuíram ainda mais com o endividamento do governo, e para Pitta (2020) isso teria apenas escancarado uma crise já existente, ocultada pela ficcionalização da acumulação durante a bolha das *commodities*.

Todos os autores parecem concordar, no entanto, que as medidas de Temer não garantiram o crescimento da economia, além de precarizar ainda mais o trabalho da população, que já vem sofrendo com o aumento do desemprego. Porém, é importante reconhecer que essa precarização é apreendida de maneira diferente por cada um deles, uma vez que, ao passo que Carvalho (2018) diz que o Brasil estava próximo do pleno emprego, Pitta (2020) denuncia em seu texto uma precarização cada vez maior do trabalho¹⁶, que também pode ser observada no cotidiano dos vendedores ambulantes dos trens, conforme buscamos apresentar no capítulo a seguir.

¹⁶ Pitta apresenta como exemplo da crise do trabalho a realidade dos cortadores de cana, que mesmo formalizados profissionalmente, chegam até mesmo a morrer com a demanda pelo aumento de sua produtividade.

7. O AUMENTO DO COMÉRCIO AMBULANTE PÓS 2013

A dissertação de mestrado de Silva (2009) retrata um período de relativa estabilidade econômica quando comparada com o panorama geral dos anos pós 2013, com a crise econômica que foi apresentada no capítulo anterior. Dessa forma, vê-se necessário atualizar algumas informações sobre a realidade dos vendedores ambulantes dos trens. Enquanto usuário do transporte público da linha 8 Diamante, a proposta para este Trabalho de Graduação Individual partiu de uma vivência individual sobre como o aumento ou a diminuição de venda de mercadorias é sensível para aqueles que compram as mercadorias¹⁷. A partir da percepção de que as vendas teriam aumentado após 2013, a proposta de pesquisa foi desenvolvida.

Em linhas gerais, a venda ambulante dentro dos trens estava muito presente entre os vagões quando essa proposta de pesquisa foi formulada em 2018. Ainda que não existam dados que expressem a quantidade de vendedores, um usuário do transporte público dificilmente enfrentaria um trajeto sem encontrar ao menos um ambulante nos vagões, ainda que a viagem durasse apenas cinco minutos. As vendas se davam sobretudo entre as estações de Osasco e Itapevi¹⁸, e a variedade de mercadorias segue muito semelhante com a apresentada por Silva (2009), ainda que tenha aumentado a presença de eletrônicos. Os preços são mais baixos quando comparados aos dos empreendimentos externos, o que se torna um atrativo para os clientes. Referente aos ambulantes, boa parte é negra e, conforme já apresentado anteriormente, em grande parte masculina, ainda que a presença de mulheres seja bem significativa.

Para combater o comércio ambulante dentro dos trens, a contratação de guardas por parte da CPTM tinha como objetivo vigiar as estações e vagões. Neste sentido, era comum que os usuários do transporte público presenciassem as estratégias de fuga dos vendedores ambulantes, ou, em outros momentos, a apreensão das mercadorias. Para além disso, a reprodução de avisos sonoros nos trens apresentava-se constantemente, anunciando que as mercadorias são de procedência duvidosa - roubadas ou fora da data de validade -, e que a venda nos trens é ilegal. A fiscalização e apreensão de mercadorias sempre esteve em vigor entre as atividades de controle propostas pela CPTM, mas isso não pareceu ser um impeditivo

¹⁷ Neste sentido, é importante ressaltar minha implicação, enquanto pesquisadora, no objeto de pesquisa, se não como vendedora, como cliente do comércio ambulante nos trens. Essa proposta de pesquisa só partiu da sensibilidade de que o fenômeno teria aumentado, o que incentivou a formulação de um projeto de análise de campo acompanhada de entrevistas.

¹⁸ Também podem ocorrer no restante das estações da linha, mas em menor escala.

para o aumento na venda de mercadorias a partir de 2013. A partir de 2019, no entanto, o número de apreensões subiu drasticamente - conforme indicam as notícias apresentadas ainda na introdução -, o que indica o acirramento das medidas de vigilância por parte da CPTM.

Para ir além da posição de usuária da linha de trem que acompanha o comércio ambulante nos trens em meu cotidiano - mas ainda assim, sempre influenciada por ela - o trabalho de campo tornou-se o cerne deste trabalho. O espaço enquanto elemento para análise do sistema social é construído através da relação dos homens entre si (KAISER, 2006) e, por esse motivo, expressa o fenômeno a ser estudado. Partindo desse princípio, a análise de campo é uma prática diária valiosa para conseguir diferenciar no espaço o que é rotineiro do que é peculiaridade e observar sua distinção.

É uma observação que pode ser transposta para quem realiza pesquisa de campo. Para este, o familiar, o cotidiano, é o importante, o significativo. E a análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles (KAISER, 2006, p. 99-100).

7.1. O comércio ambulante na vida pandêmica

É importante ressaltar, no entanto, que as análises de campo iniciais foram realizadas no final de 2021, na transição do momento de isolamento social para o convívio externo¹⁹, e que as dificuldades enfrentadas foram inúmeras. Em linhas gerais, neste período algumas mudanças foram identificadas de imediato, como a mudança no formato dos trens. Os trens anteriores da linha 8 Diamante possuíam vagões interligados, permitindo a passagem entre eles sem necessariamente descer do trem. No entanto, em 2021 os trens eram outros, com bloqueios entre os vagões, separados apenas por portas que, em teoria, deveriam ser abertas apenas por funcionários da CPTM. Ainda que não exista qualquer informação por parte da CPTM ou da ViaMobilidade sobre os motivos para a troca, a alteração afetou fortemente a dinâmica dos ambulantes, que precisariam descer dos trens a cada parada de estação para trocar de vagão. No entanto, muitos arriscam-se entre as portas que ligam os vagões, ainda que aparente ser perigoso (FIGURA 13).

¹⁹ No período em que as saídas de campo foram realizadas, a maior parte da população de São Paulo já estava vacinada ao menos com a primeira dose. Todas as saídas foram realizadas de acordo com as medidas sanitárias necessárias, como a dose da vacina em dia, máscara PFF2 e álcool em gel.

FIGURA 13



Foto tirada por Evellyn Nogueira, 2023.

A venda ambulante dentro dos trens em 2021 não deixou de existir, mas era significativamente menor quando comparada com o período de 2013 a 2018. As mercadorias em geral mantiveram-se as mesmas, apesar da inclusão do pacote de cinquenta máscaras por dez reais, que parecia ser campeão de vendas. A maior parte dos ambulantes na linha 8 Diamante fazia uso de máscaras para a venda de mercadorias, mas ainda assim foram alvo dos veículos de informação²⁰.

Para além das dificuldades de campo associadas à pandemia de COVID-19, a aproximação com os vendedores ambulantes também não foi simples. A abordagem dentro do trem é complexa porque interrompe o momento de venda de mercadorias, e os vendedores

²⁰ Folha de São Paulo. Sem proteção, vendedores desafiam Covid-19 e segurança reforçada em trens da CPTM. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/sem-protecao-vendedores-desafiam-covid-19-e-seguranca-reforcada-em-trens-da-cptm.shtml>. Último acesso em dezembro de 2023.

estão sempre atentos em busca de guardas. Neste sentido, poucos aceitaram fazer parte de uma conversa, mas não passavam qualquer tipo de contato para ser acessado fora dos trens. Em geral, além de serem poucos neste período pandêmico, a desconfiança por parte dos vendedores é compreensível, visto que estão em risco constante de perder as mercadorias. No entanto, aguardando pelos trens nas estações, um diálogo foi constituído. Um deles foi estabelecido com uma mulher - que vendia cocadas caseiras - que mencionou que não estava vendendo nos trens porque queria, e sim porque não tinha outra opção de emprego, e neste sentido, a perseguição era injusta.

“Acontece muita perseguição com os guardas, muita mesmo. Eles ficam atrás da gente e pegam tudo. Não importa se você mostrar a notinha fiscal de que comprou, de que não foi roubado, eles confiscam tudo de você. Mesmo se for feito totalmente em casa, eles levam. [...] Tem muito ambulante nos trens, muito mesmo, e tem toda essa perseguição. Tem que pensar sobre legalizar, porque se abrir pra todo mundo também, acaba que ninguém vende nada. Eles deviam pensar em formas de resolver isso, cobrar uma taxa simbólica, arranjar um espaço pra gente vender ou limitar o número de ambulantes dentro de cada trem [...] A gente não tá aqui porque quer, não tem onde trabalhar, então a gente dá um jeito, não é justo toda essa perseguição.”²¹

Um aspecto em comum observado entre alguns dos vendedores ambulantes era o uso de uma camiseta personalizada com uma estampa do trem, o personagem “Tio Patinhas”²² e um fundo com a imagem das casas construídas na região da linha Diamante. Atrás, ficava o nome ou apelido do vendedor e a *hashtag* “#FuganosPF”²³, que levou a novas interlocuções via *WhatsApp*, que foram essenciais para a análise durante a pandemia. O primeiro entrevistado iniciou falando sobre o processo de venda. Primeiro era necessário comprar as mercadorias, inicialmente algumas mais baratas, porque nem sempre os vendedores dispõem de muito dinheiro para investir. Aos poucos o marreteiro²⁴ consegue “crescer” e ter acesso a mercadorias melhores.

O entrevistado mencionou também que já foi perseguido pelos “PF” inúmeras vezes, especialmente porque os guardas “marcam” os ambulantes, gravando a aparência e a feição. Quando abordados, a mercadoria é confiscada em um processo discriminatório, visto que são constantemente chamados de “nóias” ou de “drogados”. Em linhas gerais, é importante reforçar aqui que além de residirem nos municípios da periferia da RMSP, a maior parte dos

²¹ A fim de garantir a privacidade da vendedora, não revelaremos seu nome. Este trecho foi retirado de uma breve conversa na estação Jardim Silveira da linha 8 Diamante da CPTM..

²² O tio patinhas é um personagem americano de ficção criado pelo cartunista Carl Barks, conhecido por ser extremamente rico.

²³ PF significa “Polícia Ferroviária”.

²⁴ Termo utilizado para se referir aos ambulantes dos trens.

ambulantes é negra. Neste sentido, ainda que os guardas não conheçam a realidade dos ambulantes, não parece ser um impeditivo para o racismo estrutural e a classificação destes como marginais em busca de dinheiro para comprar drogas. O estigma de criminalização marca boa parte dos vendedores ambulantes, que por vezes se apresentam como “pais de família”, ou saíram de uma casa de detenção sem estrutura nenhuma e buscam alguma forma de garantir a própria sobrevivência, conforme foi apontado pelo ambulante entrevistado, que logo começou a contar a história de como virou um marreteiro.

“Então, na época que eu marretava, eu sempre fui barbeiro né. Mas na época tava muito difícil, tipo assim, como que eu posso falar, tava difícil a situação, num tava saindo nada na barbearia. Tava trampando, tava desesperado, tinha meu filho e minha esposa aliás né, aí meu colega falou que tava vendendo e eu falei ‘como que é?’ né? Me interessei, fui comprei a mercadoria eu mesmo, comecei a vender umas bala e tipo assim, cê vai evoluindo conforme cê vai ganhando, usando a inteligência, cê vai evoluindo, comprando umas mercadoria mais cara que vende mais rápido também. Fui vendendo, fui gostando que tava dando dinheiro e sim, dava pra se manter, dava pra viver tranquilo. Tipo assim, se for falar como que um funcionário de hoje em dia ganha aí por dia vamos supor de sessenta reais a oitenta no dia, nós tirava uma base de duas, três vez mais, tinha dia quatro, depende do dia. Mas tinha que investir.”

Questionado sobre o discurso da CPTM em relação a procedência das mercadorias, o ambulante apresentou que as mercadorias que comprava eram todas no atacado no centro de São Paulo ou em docerias e lojas de “Um Real”. Quando “marretava”, sempre procurou por variedade, lugares em que o preço fosse mais acessível para vender a preços mais baixos nos trens.

O segundo ambulante com quem tive contato através do *WhatsApp* também falou sobre sua experiência profissional e como foi parar na venda nos trens. Até o final de 2015 estava noivo e trabalhava na CAEDU²⁵ com um contrato de menor aprendiz. Como conhecia outros “marreteiros”, foi chamado para vender nos trens também. Comentou que na época era bom, porque não haviam tantos vendedores ambulantes nos trens, o que indica que o número de ambulantes em 2018 era maior do que o número em 2015. Como não precisava dividir a atenção com outros “marreteiros”, o ambulante conseguia “tirar um bom dinheiro”, além de conseguir fazer seu próprio horário.

Com as amígdalas que construiu na venda dentro dos trens, o ambulante notou que boa parte dos vendedores dependiam daquilo para sustentar suas famílias. No entanto, também há muitos outros que possuem emprego fixo e ainda assim vendem nos trens, o que ele chamou de “ganância”. Essa leitura indica que, para a maioria dos ambulantes, a venda nos trens é

²⁵ Loja de roupas.

vista como uma das últimas opções, e se um indivíduo possui um emprego, não deveria estar nos trens, ainda que este sinta necessidade de complementar a renda de alguma forma. A precarização do trabalho e a baixa remuneração dos empregos de carteira assinada não parecem dar conta da reprodução dos indivíduos, visto que grande parte não consegue adquirir o próprio imóvel e precisam pagar aluguel. Ainda assim, aqueles que tentam complementar a renda nos trens serão vistos como gananciosos, atrelando o fenômeno a uma posição de precariedade extrema.

Por fim, o vendedor indicou uma música²⁶, em que os “marreteiros” aparecem no clipe, assim como as mercadorias vendidas e cenas de violência contra os vendedores ambulantes partindo dos guardas. Na letra da música, o cantor fala sobre não ter sequer terminado o ensino médio e que não conseguiu encontrar nenhum emprego para sustentar a família, que precisa de seu apoio financeiro, incluindo sua filha. O refrão chega com um apelo do artista aos guardas dos trens, sobre aquela ser sua única forma de trabalho. O artista finaliza a música com uma crítica direcionada à corrupção política dentro do Senado e outros âmbitos políticos que normalmente saem impunes, apontando dessa forma que os vendedores ambulantes dos trens não deveriam levantar tanta preocupação, uma vez que estão apenas buscando uma forma de garantir o sustento de suas casas e de suas famílias.

Para além do diálogo com os ambulantes dos trens, em um certo período da pesquisa de campo, foi possível ouvir um pouco mais sobre a experiência de uma guardas dos trens²⁷. Eles são divididos entre os “verdinhos” ou “vaga-lumes” e “PF”. Os “verdinhos” são guardas que se vestem com um uniforme verde da Albatroz - empresa de segurança terceirizada - e andam apenas com os cassetetes. São os mais comuns, diferente dos “PF”, que usam coletes mais robustos e pistolas além dos cassetetes. Um homem e uma funcionária terceirizada da Albatroz conversavam em voz alta em um vagão vazio e fora do horário de pico. A guarda tinha filhos e mal parava em casa, e comentou que quando assumiu o cargo, entrou com outros vinte funcionários. Atualmente, ela é a única que mantém o emprego, e apresenta que passou por muitas situações violentas com os vendedores ambulantes, que portavam pedras e facões. Para a funcionária, a infraestrutura das estações da CPTM possibilita esses

²⁶ MC Robs - Vendedor Ambulante. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pWwlduXdJQo>.

²⁷ Tivemos acesso a conversa no dia 11 de novembro de 2021 dentro dos trens da CPTM entre as estações de Jandira e Carapicuíba.

acontecimentos, bastava pular um muro e estava dentro, e passar as mercadorias - e as pedras - era mais simples.²⁸

Em todos os momentos, a fala da funcionária estava direcionada ao fato de que os funcionários da empresa deveriam tomar muito cuidado com ações agressivas. Afirmou mais de uma vez que os funcionários novos que estavam preparando-se para assumir os trens com a privatização da linha seriam “comidos com farinha” no conflito com os vendedores ambulantes caso fossem hostis. A guarda confessou que costuma fazer vista grossa para a maioria deles. Com anos de experiência dentro dos trens, reconhece o rosto de muitos deles, mas não confisca suas mercadorias, a não ser que vendam na sua frente. Era uma conduta que adotou depois de anos trabalhando nos trens, o conflito direto com os vendedores ambulantes não era uma opção viável. Em suas palavras, “Eles me respeitam, e eu respeito eles”.

Em seguida, o posicionamento da CPTM e da Albatroz foram alvo de discussão. A situação dos “verdinhos” era bem diferente da dos “PF”. Os casos de agressão aos ambulantes podiam ser gravados, e caso um terceirizado fosse visto “levantando a mão” para qualquer vendedor, era mandado embora. De acordo com a funcionária, isso expressa o descaso da Albatroz em relação aos funcionários. Caso sofressem muito com os ataques, os vigias eram rapidamente demitidos, e por isso “fazer vista grossa” era o mais recomendado. Em linhas gerais, esse diálogo expressa como a relação com os ambulantes apresenta camadas de complexidade. Na maior parte do tempo é violenta, e os vigias terceirizados estão em uma posição vulnerável quando comparada à da PF. A funcionária reconhece que boa parte dos ambulantes vende nos trens porque não há outra opção de reprodução, mas aquela é a forma - precarizada - que encontrou para sustentar seus filhos. Partindo deste princípio, a estratégia é sempre a de vista grossa.

²⁸ Entre as conversas com os ambulantes, a maioria assume que pula os muros para vender as mercadorias, isso também estava presente na dissertação de Silva (2009). As estações da cidade de São Paulo são mais difíceis de acessar, especialmente as de metrô, possuem muitas escadas e a vigilância torna-se mais intensa também. No entanto, é importante questionar se a localidade periférica dos municípios também influencia no aumento das vendas.

7.2. O comércio ambulante e a ViaMobilidade

No final das análises de campo realizadas em 2021, um grande receio pairava em todos os vendedores ambulantes e vigias terceirizados dos trens: A privatização da linha 8 Diamante. Alguns acreditavam que a violência aumentaria, visto que os funcionários da ViaMobilidade adorariam medidas ainda mais hostis contra os ambulantes. Outros anunciavam o fim do comércio ambulante.

No entanto, ao final de 2023 é possível dizer que a venda nos trens segue firme e forte. Os dados divulgados pela CPTM indicam que o fenômeno cresceu em outras linhas quando comparado com os índices de apreensão de mercadorias de 2022²⁹. A violência e a perseguição de ambulantes ainda apresenta-se presente nas linhas 8 e 9, agora concedidas para a ViaMobilidade³⁰, e os vendedores assumem diversas estratégias para manter a venda. No fim, tudo indica que, apesar das adversidades enfrentadas pelos vendedores, o comércio cresceu com o fim da pandemia. Para além da fiscalização ineficaz, a CCR também vem apresentando inúmeras irregularidades na gestão do transporte³¹.

Nessa segunda fase de pesquisa de campo não houveram entrevistas como na primeira, mas alguns acontecimentos e conversas dentro dos trens fomentam reflexões importantes. A primeira a ser pontuada aqui vai para além da venda de mercadorias, alcançando aqueles que pedem dinheiro nos trens. Existe uma variedade de indivíduos que pedem dinheiro (FIGURAS 14 E 15). Por vezes são homens ou mulheres carregando seus filhos, dizendo que precisam conseguir levar comida para casa e pagar o aluguel. Nesse sentido, também é possível encontrar idosos sem aposentadoria pedindo ajuda para colocar algum dinheiro dentro de casa. Porém, no que tange pedir dinheiro no trem, o mais comum são as crianças. Diariamente, meninos de no máximo 11 anos - negros, em sua grande maioria - entram nos

²⁹ Diário de Suzano. CPTM retira 60 mil mercadorias ilegais dos trens; apreensões crescem 20,8%. Disponível em:

<https://www.diariodesuzano.com.br/cidades/cptm-retira-60-mil-mercadorias-ilegais-dos-trens-apreensoes-crescem/74828/>. Último acesso em dezembro de 2023.

³⁰ G1. Vídeo mostra vendedor ambulante sendo imobilizado pelo pescoço por seguranças da ViaMobilidade durante abordagem em estação. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/01/14/video-mostra-vendedor-ambulante-sendo-imobilizado-pelo-pescoco-por-seguranças-da-viamobilidade-durante-abordagem-em-estacao.ghtml>. Último acesso em dezembro de 2023

³¹ G1. Satisfação de usuários com serviços das linhas 8 e 9 de trens da ViaMobilidade cai a metade e atinge patamar de 1996. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/13/satisfacao-de-usuarios-com-servicos-das-linhas-8-e-9-de-trens-da-viamobilidade-cai-a-metade-e-atinge-patamar-de-1996.ghtml>. Último acesso em dezembro de 2023.

trens e distribuem no colo dos passageiros bilhetes com a impressão desgastada, indicando que precisam de dinheiro para alimentar os outros irmãos.

FIGURA 14

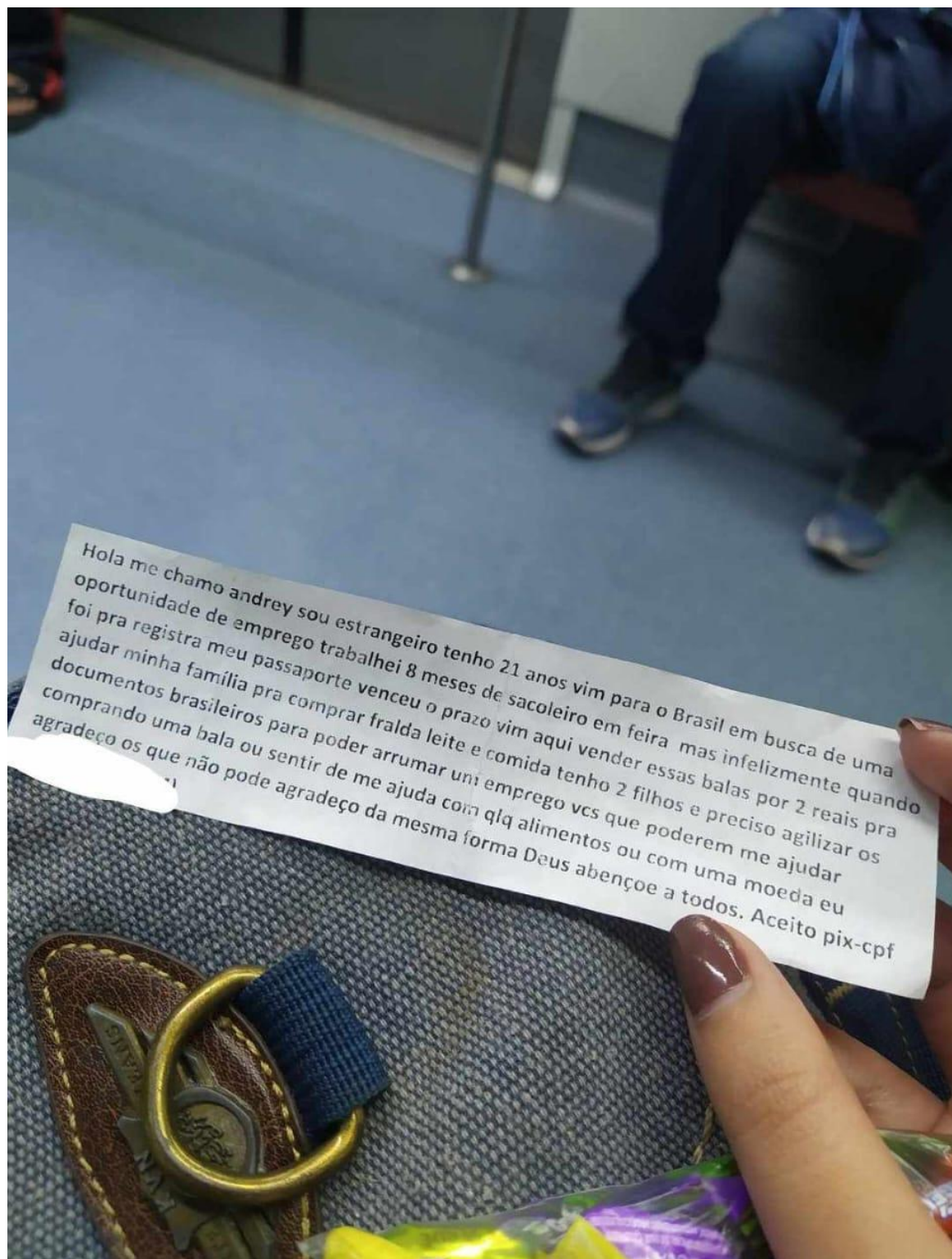


Foto tirada por Evellyn Nogueira, 2023.

FIGURA 15

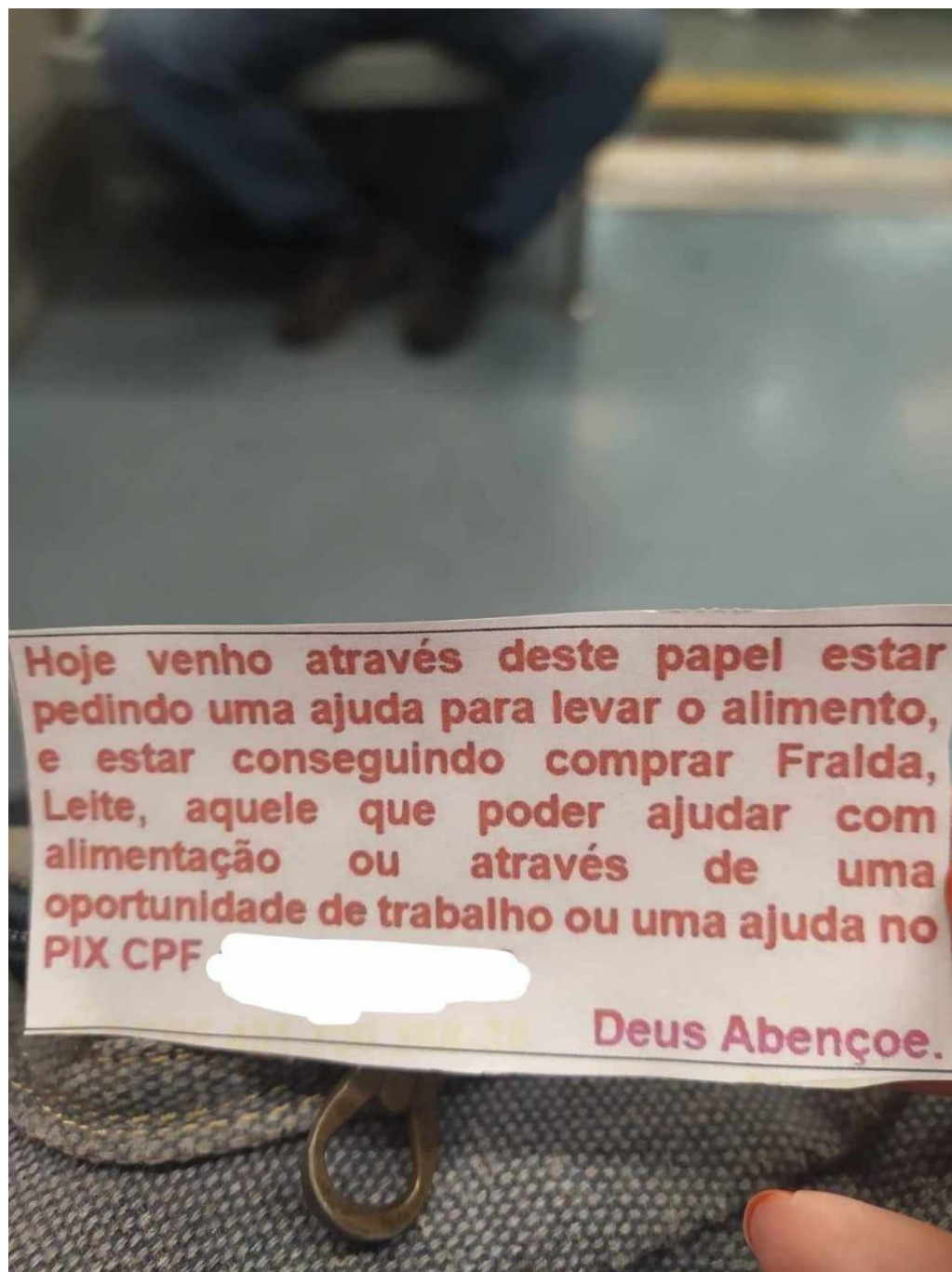


Foto tirada por Evellyn Nogueira, 2023.

Um aspecto importante a ser considerado é a presença de pessoas com deficiência vendendo ou pedindo dinheiro dentro dos trens. Em um período de dois meses, dois deficientes auditivos foram encontrados nos trens. Um deles pedia dinheiro para sustentar a família (FIGURA 16), e o segundo vendia balas com uma mensagem colada na embalagem

(FIGURA 17). No primeiro caso, o panfleto vinha com o número do PIX para a transferência do dinheiro. Em linhas gerais, a popularização dessa nova forma de transferência parece ter ajudado aqueles que pedem ajuda dentro dos trens, visto que nem sempre as pessoas estão com dinheiro físico na carteira. Agora, sendo enviado diretamente das contas bancárias dos indivíduos, a quantia pode ser diferente, e a frequência também.

Para além da deficiência auditiva, também encontramos um cadeirante vendendo salgadinhos (FIGURA 18) e uma mãe vendendo balas de eucalipto para pagar o tratamento médico do filho com deficiência, que está desenvolvendo a habilidade de caminhar. Por fim, também encontramos um deficiente visual que contou sua história nos vagões. Após um acidente, perdeu a visão parcial e um dos olhos e a total do outro, e agora pede dinheiro no trem, porque não consegue encontrar outro emprego.

FIGURA 16

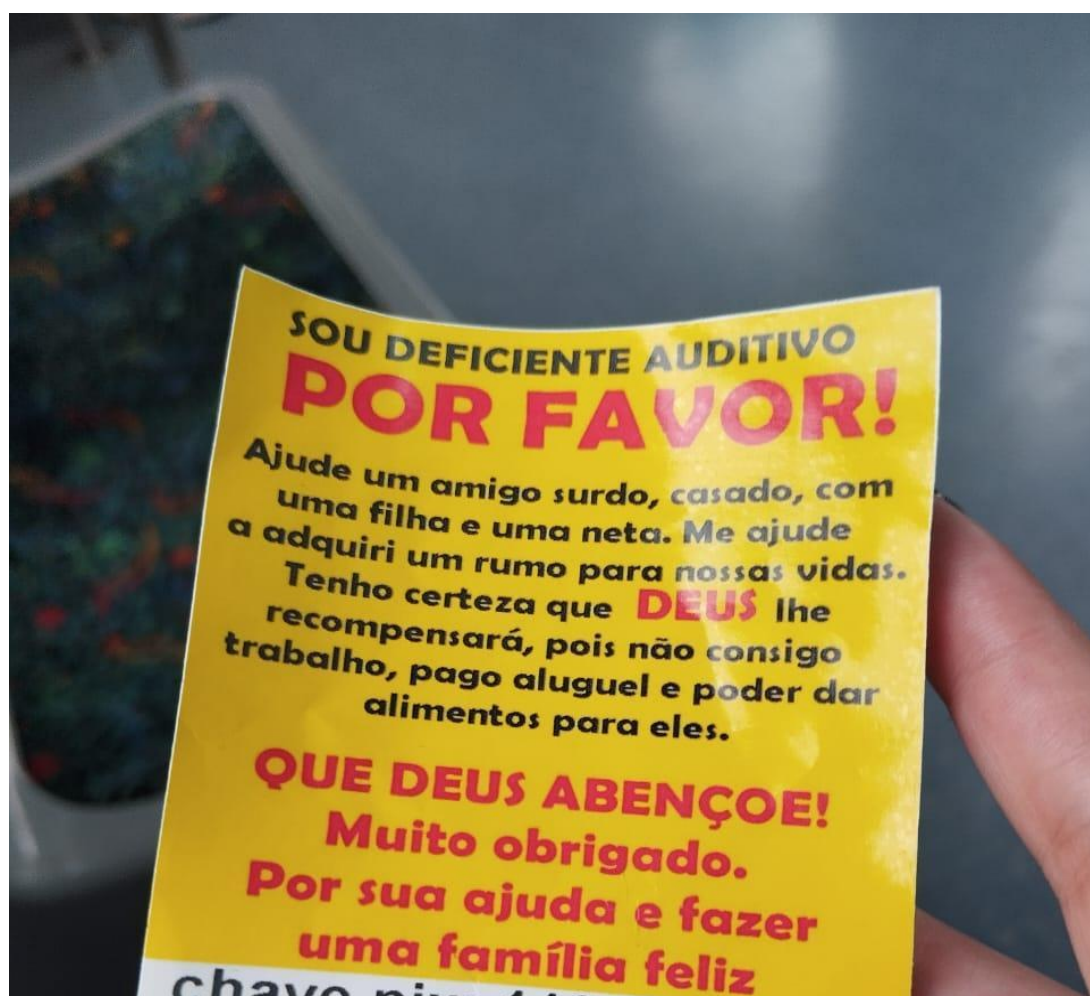


Foto tirada por Evellyn Nogueira, 2023.

FIGURA 17



Foto tirada por Evellyn Nogueira, 2023.

FIGURA 18



Foto tirada por Evellyn Nogueira, 2023.

Os ambulantes e pedintes, em geral, apresentam as mesmas dificuldades: a falta de emprego e a necessidade de sustentar a família, pagar o aluguel, etc. Dessa forma, entre os portadores de deficiência não seria diferente. Para além disso, também encontramos um vendedor de balas que contou um pouco de sua história nos vagões. Era um ex-presidiário e tinha aluguel para pagar, uma filha para sustentar e não conseguia encontrar emprego porque a discriminação com ex-detentos ainda é muito intensa.

Um discurso presente na fala de alguns ambulantes e pedintes é a defesa do trabalho enquanto parâmetro de integridade. Muitas vezes iniciam o discurso pedindo para não serem julgados, que não gostam de estar naquela situação, e que é “vergonhoso” ou “humilhante” vender dentro dos trens, longe do parâmetro de trabalho digno e ideal. Também é comum ouvir algo como “podia estar matando, podia estar roubando de um trabalhador pai de família, mas estou aqui vendendo sem fazer mal a ninguém” dentro dos trens. Esses aspectos escancaram as consequências da sociabilidade da lógica da mercadoria nesses indivíduos. O trabalho é tido como sinônimo de dignidade e honestidade, e quando não conseguem realizá-lo formalmente, sentem-se envergonhados e humilhados, o discurso escancarando a necessidade de validação enquanto sujeitos modernos, que já não pode ser alcançada através do trabalho assalariado. Os vendedores se esforçam para encontrar qualquer oportunidade de trabalho, e quando não o conseguem, vendem nos trens para reforçar a própria dignidade.

Aqueles que pedem dinheiro e não deixam o constrangimento evidente, no entanto, recebem outro tipo de tratamento. Foi o que aconteceu no primeiro semestre de 2023, durante um dos dias de análise de campo, quando um senhor em situação de rua entrou dentro do vagão e pediu dinheiro. Era cedo, e neste horário os trens costumam estar mais cheios do que o comum, em um dos passageiros mandou o pedinte ir trabalhar, chamou-o de vagabundo. Prontamente, o senhor disse que era contabilista e que também era formado em Letras, tinha 68 anos. Quando parte dos passageiros do trem passaram a defender o ambulante, o homem que incitou o conflito disse “levem o vagabundo para a casa de vocês”. Quando o pedinte saiu do vagão, uma mulher disse que o conhecia, que ele ficava sempre na frente do Supermercado Barbosa pedindo dinheiro para usar drogas, e que xingava quem não desse algum dinheiro. Em suas palavras, o senhor era desaforado e comprava briga porque sabia que teria quem o defendesse. Durante o restante do trajeto, seguiu seu discurso contra os ambulantes do trem, dizendo que o trem não era mais seguro, e que os vendedores sequer pagavam para entrar.

Nesse aspecto, quando um pedinte não apresenta o constrangimento esperado por parte dos passageiros, o tratamento tende a ser mais hostil, porque nessa linha, eles deveriam se sentir envergonhados por não possuírem um trabalho “digno”. Não é por coincidência, por exemplo, que a maior parte dos pedintes assumem já no início do discurso que não são usuários de drogas, estão apenas procurando dinheiro para se alimentar. Em linhas gerais, os vendedores ambulantes e os pedintes lutam a todo instante contra o estigma de criminalidade, que os categoriza como marginais, usuários de drogas, ladrões e etc. Aqui, o “culpado até que se prove o contrário” é a realidade mais comum.

Um último diálogo realizado durante as análises de campo foi com um ambulante que vende balas, na estação Jardim Silveira. O vendedor trabalhava como encanador de obra, e disse que a rotina de trabalho era cruel, o sol e o calor acabavam com a saúde. Quando questionei o porquê de estar vendendo nos trens, ele respondeu que preferia porque não tinha que “ouvir patrão” e podia fazer o próprio horário. Por fim, o vendedor falou que emprego bom era trabalhar dentro do banco, e que incentivou a filha a seguir por esse caminho, mas, em suas palavras, ela não deu ouvidos e acabou engravidando aos dezessete.

A conversa foi breve, porque logo depois o trem chegou e ele precisava vender. No entanto, ainda assim foi capaz de concentrar um discurso que vem se popularizando muito entre os trabalhadores autônomos e informais: ser o próprio chefe e fazer o próprio horário. O discurso em prol do empreendedorismo cresceu intensamente nos últimos anos, presente nos principais jornais e programas de televisão. Cada vez mais, as pessoas são incentivadas a abrirem o próprio negócio e a investir no mercado financeiro. O que isso oculta, no entanto, é a redução das oportunidades de emprego assalariado e a flexibilização das leis trabalhistas. Quando trabalham por conta própria, esses indivíduos não podem parar quando estão doentes porque, no limite, afeta as próprias condições de sobrevivência. Ainda assim, a romantização do trabalho autônomo alcança boa parte da população.

O ambulante apresentou opções de emprego assalariado que, em sua concepção, valeriam a pena. São profissões com salários superiores e muito mais benefícios do que o que ele encontrou enquanto encanador de obra. Mas trabalhar em um banco não parece fazer parte de sua realidade. O emprego assalariado apresentava tão poucos atrativos que vender mercadorias dentro do trem, ilegalmente, pareceu muito mais interessante para ele. O salário que recebia não era suficiente para suprir todas as demandas da própria reprodução, e a venda ambulante também não o faz, mas lhe atribui a possibilidade de construir o próprio horário de trabalho, o que parece ser melhor.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim das análises de campo, é possível notar algumas diferenças entre a atual realidade dos vendedores ambulantes nos trens e a que enfrentavam em 2009 quando Silva (2009) desenvolveu sua pesquisa, ainda que a principal causa seja a mesma: a dificuldade para encontrar emprego. A partir do que foi apresentado por um dos ambulantes entrevistados, confirma-se que o número de vendas cresceu após o ano de 2015, período marcado pelo aumento do desemprego. Por sua vez, as medidas de segurança da CPTM também se tornaram muito mais violentas quando comparadas com a pesquisa de Silva (2009), conforme denunciam os vídeos que circulam nas redes sociais nos últimos anos, e até mesmo o aumento da apreensão de mercadorias em 2019.

Assim como muitos outros brasileiros, os vendedores ambulantes dos trens sofreram com as consequências da crise econômica brasileira. Ao passo que Singer (2018) observa o acontecimento como uma decisão de boicote da elite e da indústria brasileira ao governo petista, Carvalho (2018) acredita que, mesmo com a influência ideológica da elite, a queda na produção não seria resultado de um boicote, mas sim do estouro da bolha e da queda nos investimentos, afinal os empresários não tinham motivos para investir. A autora reconhece que a queda no preço das *commodities* representou problemas para a economia brasileira, mas o que teria sido de fato o xeque-mate são as medidas de austeridade do governo de Rousseff. Ao invés de investir em infraestrutura, Dilma teria optado por ajustes fiscais para garantir o crescimento econômico.

Pitta (2020) observa formulações muito semelhantes em seu texto, a defesa do desenvolvimentismo e a crítica da volatilidade do mercado financeiro, que gera especulações. Em linhas gerais, acredita-se que ao “arrumar a casa”, os efeitos da crise não seriam tão nefastos. No entanto, para Pitta (2020) a crise foi global e atingiu os países e as empresas mais produtivas do mundo, reafirmando o caráter estrutural e permanente da crise, não apreendida devido a socialização a partir do fetiche da mercadoria, que gera a impressão de que esses capitais ainda podem ser valorizados no mercado financeiro, para onde migraram para garantir a acumulação. Esse processo leva a especulação dos preços e incentiva a produção das empresas, que para ser garantida, leva ao endividamento que deve ser sanado a partir dos ganhos com os preços futuros. Assim, a economia dos países cresce - como o Brasil, que observou o aumento do PIB e do superávit primário -, mas é um desenvolvimento

fictício, uma vez que os capitais não se valorizam mais. Quando as bolhas estouram, a acumulação fictícia escancara-se e muitas empresas vão à falência.

O desenvolvimento dessas empresas - ainda que fictício - não significa, no entanto, um aumento das contratações, já que as máquinas vêm tomando o lugar dos trabalhadores. Dessa forma, se a precarização do trabalho para Braga (2012) foi uma medida neoliberal para garantir a exploração de mão de obra barata e flexibilizada permitindo a acumulação em uma nova fase do capitalismo, para Pitta (2020) é o escancaramento da crise estrutural do sistema capitalista, que expulsa trabalho vivo do processo produtivo, sem libertar esses indivíduos da socialização perversa de venda de força de trabalho para sobreviver.

Esse movimento é chamado por Scholz (2008) de superfluidade. Os indivíduos já não são úteis para mais nada, e, no entanto, precisam trabalhar para sobreviver. Isso garante um acirramento da concorrência entre os trabalhadores, aumentando discursos conservadores, fascistas e xenofóbicos. A venda ambulante nos trens foi apresentada pela grande maioria dos entrevistados como a última opção, assumida a partir da dificuldade para encontrar um emprego de carteira assinada. O recorte social é bem evidente nesse caso: todos vivem em municípios da periferia da RMSP, a grande maioria é negra. São filhos de migrantes, pagam aluguel, possuem filhos e uma casa para sustentar. Também podem ser estrangeiros, crianças, idosos, ex-presidiários, PCD's ou enfermos em busca de dinheiro para pagar os tratamentos. Se anteriormente os empregos de menos prestígio eram comumente relegados a essas categorias sociais, agora são disputados entre a “camada média” e aqueles que viram seu espaço no processo produtivo tornar-se obsoletos.

Para as camadas marginalizadas, não sobram muitas opções além do trabalho informal como o comércio ambulante. Quando buscam reproduzir-se a partir da venda nos trens, são perseguidos, agredidos, associados ao uso de drogas, ao roubo e à criminalidade. Neste sentido, a tese de Scholz (2008) consegue aproximar-se mais da realidade desses indivíduos do que Braga (2012) poderia sequer sonhar. Supérfluos, sem qualquer utilidade para o processo de valorização dos capitais, ainda precisam se reproduzir de alguma forma, e são perseguidos por tentar fazê-lo, constantemente associados a ladrões, usuários de drogas, criminosos, entre outros.

Ainda assim, existe uma apologia ao trabalho. As estratégias mudam, a lógica do empreendedorismo é apresentada a todos como a solução dos problemas, o caminho para alcançar os objetivos desejados. Não existe uma apreensão crítica de que o trabalho abstrato,

assim como o próprio sistema patriarcal produtor de mercadorias e suas outras categorias, chegaram ao seu limite histórico, e que a partir daqui a concorrência, a violência e a marginalização dos sujeitos tendem a ficar cada vez mais escancaradas. Por isso, é fulcral reconhecer a crise do trabalho em todas as suas facetas e particularidades, o que só pode ser realizado a partir da apreensão crítica do fetichismo da mercadoria e os processos que oculta.

A hipótese que norteava este estudo partia do princípio de que o comércio ambulante nos trens teria aumentado a partir da crise econômica brasileira que atingiu a população nacional com o aumento do desemprego. Em linhas gerais, o fenômeno escancarou o caráter fictício do aumento do PIB, mostrando o que estava sendo obscurecido: A crise do sistema capitalista e a obsolescência dos trabalhadores. Neste sentido, ainda que a crise econômica tenha esclarecido alguns aspectos, essa leitura conjuntural do período do governo de Dilma e Temer não abarcam o que queríamos apresentar aqui. O colapso da sociabilização dos sujeitos está para além do otimismo ou pessimismo associado às instabilidades dos preços do mercado financeiro, além das crises econômicas. Se o objetivo dessa pesquisa era traçar essa relação, hoje é possível apontar que a causa do problema é bem mais profunda.

As análises de campo do comércio ambulante nos trens da linha 8 Diamante da ViaMobilidade trazem para o centro da discussão transformações que tendem a passar batido no ambiente acadêmico, visto que o cotidiano dos municípios considerados periféricos não é facilmente apreendido por todos. Ainda assim, mesmo que de maneiras particulares, a crise fundamental do capitalismo entremeia as relações sociais. Neste sentido, consideramos importante o desenvolvimento de futuras pesquisas, esclarecendo questões como: Quais são as particularidades da territorialização do capital na RMSP? Como a mobilidade do trabalho influencia a produção e a reprodução da periferia? Como a crise na acumulação de capitais aparece nos municípios periféricos, e qual papel eles desempenham na totalidade em processo? Por fim, para sintetizar o caminho de pesquisa sugerido a partir deste Trabalho de Graduação Individual: Quais têm sido as estratégias de reprodução de indivíduos que tornaram-se obsoletos para o processo de acumulação e como a crise da lógica da mercadoria afeta seu cotidiano?

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, F. *Crise, Inflação e os Limites do Estado na Conjuntura Brasileira*. Medium, 2018.
- BECK, U. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne [Sociedade do risco. A caminho de uma nova modernidade]*, Fankfurt/ Main, 1986.
- BELLUZZO, L. G. *O capital e suas metamorfoses*. Campinas, Editora UNESP, 2012.
- BOLOGNA, S. *Die Rolle der Theorie in der politischen Aktion [O papel da teoria na acção política]*. In: jour fix initiative berlin (Hrsg.): *Klassen und Kämpfe*, Münster, 2006.
- BRAGA, R. *A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- CARNEIRO, R. *Navegando a contravento*. Em: CARNEIRO, BALTAR e SARTI (orgs.). *Para além da política econômica*. Editora UNESP, São Paulo, 2018.
- CARNEIRO, R; ROSSI, P; MELLO, G; CHILIATTO-LEITE, M. *The Fourth Dimension: Derivatives and Financial Dominance*. Review of Radical Political Economics, vol. 47, número 4, 2015.
- CARVALHO, L. *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo, Todavia, 2018.
- GAUDEMAR, J. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editora Estampa, 1977.
- HARVEY, D. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *Teoria da crise e a queda da taxa de lucro*. Em: Revista Geografares, UFES, Espírito Santo, n. 28, 2019.
- HEIDEMANN, H. D. *Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação*. In: WITTE, André de. (Org.). *Migrações: discriminação e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004. pp. 25-39.
- HEIDEMANN, H. D; TOLEDO, C. A. & BOECHAT, C. A. *O trabalho no Brasil: Traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica*. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 81, 2014. pp. 55-67.
- KURZ, R. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política*. In: *Os últimos combates*. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.
- _____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. *Lucratividade e Distribuição: A origem econômica da crise política brasileira*. ResearchGate, 2016. Disponível em: <

<https://www.researchgate.net/publication/312191358>>

MARX, K. *O capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MÉSZÁROS, I. *Crise estrutural necessita de mudança estrutural*. II encontro de São Lázaro. Salvador, Conferência de Abertura, 2011.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1972.

PAULANI, L. *Brasil Delivery*. Revista de Economia Política, vol. 23o no 4 (92), 2003.

PITTA, F. *O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação*. São Paulo, Sinal de Menos, número 14, vol. 1, maio de 2020.

REZENDE, F. *Financial fragility, instability and the Brazilian crisis: a Keynes-Minsky-Godley approach*. Discussion Paper nº 1, Multidisciplinary Institute for Development and Strategies, Hobart and William Smith Colleges, NY, USA, 2016.

RIBEIRO, A. S. M. *Vai crédito hoje? "Do 'curto circuito' ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SCHOLZ, R. *O ser-se supérfluo e a 'angústia da classe média': o fenómeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo*. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm. 2008.

_____. *Forma social e totalidade concreta: Na urgência de um realismo dialético hoje*. In: *EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, n. 6, 2009.

SILVA, J. C. B. *Trabalho autônomo e conflitos: O Comércio Ambulante no Território dos Trens*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SINGER, A. *O Lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.